

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Haroldo Junior Martins Cardoso

**MOBILIDADE SAZONAL DA POPULAÇÃO NA CAFEICULTURA:
ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO FLUXO DE TRABALHADORES
PARA O MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO/MG**

Belo Horizonte/MG

2017

Haroldo Junior Martins Cardoso

**MOBILIDADE SAZONAL DA POPULAÇÃO NA CAFEICULTURA:
ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO FLUXO DE TRABALHADORES
PARA O MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço
Linha de pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Lobo

Coorientadora: Prof. Dr. Lussandra M. Gianasi

Belo Horizonte/MG

2017

C268m Cardoso, Haroldo Junior Martins.
2017 Mobilidade sazonal da população na cafeicultura [manuscrito]: análise socioespacial do fluxo de trabalhadores para o município de Carmo do Rio Claro/MG / Haroldo Junior Martins Cardoso. – 2017.
88 f., enc.: (principalmente color.)

Orientador: Carlos Lobo.
Coorientadora: Lussandra M. Gianasi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2017.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço.

Bibliografia: f. 80- 86.

Inclui apêndice.

1. Migração interna – Carmo do Rio Claro (MG) – Teses. 2. Café – Cultivo – Carmo do Rio Claro (MG) – Teses. 3. Comportamento espacial – Carmo do Rio Claro (MG) – Teses. I. Lobo, Carlos. II. Gianasi, Lussandra Martins. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. IV. Título.

CDU: 325.11(815.1)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente os trabalhadores que se concederam as entrevistas e as informações necessárias para concretizar este trabalho, sem eles não seria possível realizar a pesquisa.

Aos familiares, agradeço, pelo apoio e incentivo para realizar meus objetivos, muitos dos quais eles foram privados de concretizar. Ao meu pai, que me ensinou valores e me mostrou a importância do conhecimento na vida de uma pessoa. Para minha mãe, meus sentimentos mais fortes vêm de ti, sua força e coragem me motivam, todos os dias, a lutar por aquilo que acredito. Aos meus irmãos, agradeço pelo companheirismo que me faz aprender que chegamos ao sucesso quando nos unimos e vislumbramos algo bom para todos.

Aos meus sobrinhos, deixo meus desejos, de que possam regozijar das oportunidades que a vida lhe oferecer, que valorizem o saber e o conhecimento permitindo que atuem como agentes transformadores de suas realidades. Espero que o mundo se torne mais justo e que se sustente para as próximas gerações.

Aos professores que em algum momento do processo educacional doaram seu conhecimento, mantendo a prática milenar de ensino-aprendizagem. Agradeço, especialmente, ao orientador e co-orientadora desta pesquisa, que por inúmeras vezes me colocaram pra cima e me ajudaram a vencer os obstáculos e as incertezas. Aos professores de Alfenas, que durante a graduação me apoiaram e me ensinaram a ser um bom profissional, carregando valores primordiais para concluir objetivos. Por fim, deixo meus agradecimentos aos meus amigos, os que estão próximos e os que nem tanto, por me auxiliar nos momentos difíceis e pelas boas distrações.

RESUMO

A produção de café é a atividade agrícola mais expressiva na mesorregião Sul/Sudeste de Minas, constituindo-se base econômica de muitos municípios. As disparidades produzidas pelo processo de modernização agrícola e cristalização do complexo agroindustrial do café refletiram sobre a demanda por mão de obra, especialmente nas áreas onde a mecanização da colheita não foi consolidada e ainda prevalece agricultura familiar. Hodiernamente a mobilidade, portanto, tem sido uma alternativa recorrente para supressão desta necessidade. Fato que exalta a relevância do trabalho sazonal, associado à abordagem da mobilidade espacial de populações na dinâmica produtiva da agricultura. Apesar de existir uma série de estudos que tratam dos deslocamentos internos no Brasil, sobretudo no que tange as migrações como expressão consolidada da mobilidade espacial, poucos trabalhos tratam da temporalidade sazonal dos fluxos para trabalhar na colheita do café. Diante dessa lacuna, este trabalho teve por objetivo analisar os volumes e as principais características dos fluxos de mobilidade sazonal para a colheita do café no município de Carmo do Rio Claro/MG. A análise envolveu as escalas macro e micro, que, respectivamente, correspondem aos aspectos estruturais (macroeconômicos) e subjetivos (nível dos sujeitos) caracterizando os movimentos populacionais no espaço. No nível macro foram utilizados dados secundários, referentes às condições econômicas e sociais do município de Carmo de Rio Claro, com propósito de compreender o papel da cafeicultura na região Sul de Minas Gerais e na atração de mão de obra externa. O nível micro teve por finalidade traçar o perfil dos migrantes envolvidos no processo e investigar as motivações, os engajamentos e as perspectivas destes sujeitos em relação ao empreendimento na mobilidade. A contemplação da análise neste nível deu-se por meio da coleta de dados primários, extraídos da aplicação de questionário semiestruturado em uma amostra de sessenta trabalhadores sazonais, que trabalhavam temporariamente no distrito de Vilelândia, pertencente ao município de Carmo do Rio Claro-MG, durante o período da colheita do café (que vai de maio até agosto). Os resultados apontam que a constituição do complexo agroindustrial do café modificou abruptamente a estrutura produtiva regional. Sabe-se que este processo não ocorre de maneira homogênea, sobretudo no contexto da agricultura familiar que cultiva o café em vertentes íngremes, o que dificulta ainda mais a mecanização. Ao mesmo tempo em que o complexo eleva a produtividade na cafeicultura, também torna mais onerosa a produção, inclusive pela necessidade constante de implementação de maquinários e insumos. A maior parte dos trabalhadores sazonais corresponde a jovens trabalhadores rurais e agricultores familiares provenientes do município de Santaluz/BA, cuja inserção se deu por meio de uma complexa rede social envolvida na captação e organização da força de trabalho. De modo geral, esses trabalhadores buscam na mobilidade uma forma de obter trabalho e renda para garantir o sustento familiar, bem como, para contemplar algum objetivo pessoal.

Palavras-chave: Mobilidade, Cafeicultura, Multiescala, Dinâmica socioespacial.

ABSTRACT

Coffee production is an agricultural activity more expressive in the South mesoregion / Southeast of Minas Gerais, constituting the economic base of many municipalities. The disparities produced by the process of agricultural modernization and crystallization of the coffee agroindustrial complex reflected a demand for labor, especially in areas where mechanization of the harvest was not consolidated and family agriculture still prevails. Hitherto a mobility, therefore, it has been a recurring alternative to suppress this need. This fact, which exalts a relevance of the seasonal work, associated with the spatial mobility approach of populations in the productive dynamics of agriculture. Although there are a number of studies that deal with internal displacements in Brazil, it is not as important as migrations as a consolidated expression of spatial mobility, the work with the production of the seasonal seasonality of flows to work in the coffee harvest. Given this shortcoming, this work aims to analyze the volumes and as main characteristics of seasonal mobility flows for a coffee harvest in the municipality of Carmo do Rio Claro / MG. An analysis involves as macro and micro scales, which, respectively, correspond to structural (macroeconomic) and subjective (subjective level) aspects that are subject to population movements in space. At the macro level, basic data, referring to the economic and social conditions of the municipality of Carmo de Rio Claro, with the purpose of the document of production of coffee in the southern region of Minas Gerais and action of external labor. The average level of the processes involved in the process and investigate how the motivations, the engagements and the perspectives of these subjects in relation to the enterprise in mobility. The contemplation of the analysis, the number of primary data stacks, extracted from the application of the semistructured questionnaire in a sample of sixty seasonal workers, who worked temporarily in the district of Vilelândia, belonging to the municipality of Carmo do Rio Claro-MG, during the period of Coffee harvest (from May to August). The results indicate that the formation of the agroindustrial complex of coffee abruptly changed the regional productive structure. It is known that this process does not occur in a homogeneous way, especially not in the context of family farming that cultivates coffee on steep slopes, which makes mechanization even more difficult. At the same time as the complex increases productivity in coffee, it also makes production more costly, including the constant need to implement machinery and supplies. Most seasonal workers are young rural workers and family agribusinesses from the municipality of Santaluz / BA, whose introduction is a means of a complex social network involved in capturing and organizing the workforce. In general, these workers seek mobility in a form of work and income to guarantee family support, as well as to contemplate some personal goal.

Key words: Mobility, Coffee Growing, Multiscale, Socio-spatial dynamic.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área colhida de café (em hectares) no Brasil, região Sudeste e estados da região série histórica de 1970 a 2006.....	34
Tabela 2: Produção de café em Minas Gerais, de acordo com as mesorregiões produtoras - safra 2009/2010.	34
Tabela 3: Número e percentual da população residente, rural e urbana, no município de Carmo do Rio Claro/MG em 2000 e 2010.	40
Tabela 4: Tipos de propriedade agrícola de Carmo do Rio Claro/MG de acordo com o módulo fiscal em 2006.....	41
Tabela 5: Número de estabelecimentos, área, valor da produção e financiamentos da agricultura familiar e não familiar em Carmo do Rio Claro/MG em 2006.....	42
Tabela 6: Municípios com elevado número de estabelecimentos produtores de café arábica, por utilização de agrotóxico, com indicação das respectivas Mesorregiões de Minas Gerais em 2006.....	43
Tabela 7: Município de nascimento e de residência dos entrevistados no distrito Vilelândia/Carmo do Rio Claro -MG.	62
Tabela 8: Distribuição da frequência das respostas dos trabalhadores sazonais sobre a casa que estavam residindo no distrito Vilelândia/ Carmo do Rio Claro -MG.MG – 2016.	65
Tabela 9: Distribuição da frequência das respostas dos trabalhadores sazonais sobre o trabalho na colheita do café no distrito Vilelândia/MG – 2016.....	68
Tabela 10: Distribuição da frequência das respostas dos trabalhadores sazonais sobre as motivações para se empreender na mobilidade sazonal para trabalhar na colheita do café no distrito Vilelândia/Carmo do Rio Claro-MG.....	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema metodológico multiescalar	13
Figura 2: Localização do município do distrito Vilelândia e do município de Carmo do Rio Claro/MG.....	25
Figura 3: Principal avenida do distrito Vilelândia.....	37
Figura 4: Área de produção de café no distrito Vilelândia, município de Carmo do Rio Claro/MG.....	38
Figura 5: Mapa dos limites do distrito Vilelândia Carmo do Rio Claro/MG	39
Figura 6: Grupos de idade e estado civil dos trabalhadores sazonais	57
Figura 7: Renda média familiar (em Salários Mínimos) dos trabalhadores sazonais entrevistados no distrito Vilelândia/Carmo do Rio Claro - MG – 2016.....	59
Figura 8: Gráfico sobre a escolaridade dos trabalhadores sazonais no distrito Vilelândia em Carmo do Rio Claro/MG – 2016.	59
Figura 9: Último trabalho exercido pelos trabalhadores sazonais no município de origem....	60
Figura 10: Mapa de localização dos municípios que compõem o Território do Sisal	61
Figura 11: Percepção dos trabalhadores sobre a casa que estavam residindo	64
Figura 12: Gráfico dos objetos, espaços e elementos da casa presente nas respostas dos trabalhadores sazonais.	66
Figura 13: Mosaico de fotos de algumas casas onde residiam trabalhadores sazonais no distrito Vilelândia	66
Figura 14: Gráfico sobre o quanto os trabalhadores pretendem ganhar durante os meses de trabalho na colheita do café.....	71
Figura 15: Gráfico sobre as pretensões dos trabalhadores sazonais em relação ao dinheiro arrecadado na colheita do café.....	71
Figura 16: Gráfico do período que os trabalhadores pretendem permanecer na colheita do café.....	73
Figura 17: Gráfico sobre a percepção dos trabalhadores em relação ao que mais sentem falta no lugar de origem.....	73
Figura 18: Gráfico sobre o que os trabalhadores sazonais menos sentem falta do lugar de origem.....	74
Figura 19: Principais diferenças entre a origem e o destino apontadas pelos trabalhadores sazonais	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 – AS ESCALAS, O RECORTE ESPACIAL E A METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA MOBILIDADE SAZONAL DA POPULAÇÃO NA CAFEICULTURA	12
1.1 - Escala macro: o viés estruturalista	13
1.2 – Escala micro: as individualidades e as redes sociais	15
1.3 – Multiescalar: por uma abordagem híbrida.....	18
1.4 – A pesquisa de campo: em busca de evidências	22
2. O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL: A CAFEICULTURA EM CARMO DO RIO CLARO/MG	24
2.1 - A Cafeicultura no Sul de Minas: a necessidade da mão de obra sazonal.....	26
2.2 - A constituição do complexo agroindustrial do café no Sul/Sudoeste de Minas Gerais ...	32
2.3 – A agricultura familiar no município de Carmo do Rio Claro/MG	35
3. A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL	44
3.1 - As teorias da migração: as perspectivas teórico-metodológicas	45
3.2 - As migrações e deslocamentos espaciais da população: algumas definições	49
3.3 - Migração ou Mobilidade: similaridades e diferenças conceituais	52
3.4 - Mobilidade Sazonal: um conceito central para a definição dos sujeitos da pesquisa	55
4 – O CAFÉ E A MOBILIDADE SAZONAL NO DISTRITO DE VILELÂNDIA EM CARMO DO RIO CLARO – MG	57
4.1 Perfil socioeconômico trabalhadores sazonais	57
4.2 Condições de trabalho e moradia na colheita do café	63
4.3 Dificuldades, impressões e perspectivas	69
4.4 - Consolidação da rede social de mobilidade	72
5 – CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A	87

INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor de café do mundo responsável pela produção que corresponde a 33% do total mundial. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento¹ (CONAB), no ano de 2017, a estimativa para a produção total de café estava entre 43,65 e 47,5 milhões de sacas beneficiadas, no Brasil. A produção da variedade de café arábica foi estimada em 41, 29 milhões de sacas, representando 83,2% da produção total, enquanto a variedade conilon foi estimada em 8,35 milhões de sacas beneficiadas.

Minas Gerais é o estado que mais produz café no Brasil. Do total produzido no país a participação mineira corresponde no entorno de 25,4 e 26,81 milhões de sacas, o que corresponde a mais da metade de toda produção nacional (58,2%). No estado prevalece o café arábica, com estimativa da produção em torno de 28.628.100 sacas beneficiadas, que representam 98,9 % de toda a produção no estado. Por outro lado, a variedade de café conilon representa apenas 1,10% (318.431 sacas). Nota-se que a variedade de café arábica mineira sobressai dentro do contexto intraestadual e nacional (CONAB, 2017).

O aumento crescente na produção no estado destaca o potencial da cultura agrícola e a consolidação de estrutura produtiva da cafeicultura. A atividade agrícola da cafeicultura está inserida no mercado internacional, caracterizando-se como *commodity*, cuja cotação é regida pela Bolsa de Mercadorias. Fato este, que insere a cafeicultura como atividade ligada ao agronegócio. Embora a atuação do agronegócio esteja na essência da grande propriedade rural, ele utiliza os espaços das pequenas propriedades rurais para sua reprodução e monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2015).

Em termos de área de produção, a cafeicultura ocupa no nível nacional 2.220.080 hectares. A variedade de café arábica ocupa 79,11% da área plantada no Brasil (1.756.348.8 hectares). Os 20,89 % restante da área é ocupada pela variedade conilon, localizada nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia e Bahia. Da área total de café arábica plantada no Brasil 63,6% está localizado no espaço produtivo agrícola de Minas Gerais (CONAB, 2017 p. 12).

¹ A CONAB (2017, p. 10) realiza quatro levantamentos de campo durante o ano safra da cafeicultura. O primeiro ocorre entre novembro e dezembro, no período pós-florada, período em que as condições climáticas podem ou não favorecer a boa formação dos grãos. O segundo acontece em maio, período pré-colheita, quando menos de 20% da safra do país foi colhida. O terceiro ocorre em agosto, período de plena colheita, quando 90% da colheita está concluída. O quarto e último levantamento acontece em dezembro, consolidando e corrigindo as estimativas pós-colheita.

A cafeicultura sul mineira atrai anualmente mão de obra temporária para trabalhar na colheita. A mobilidade é a alternativa para supressão da demanda por trabalhadores temporários, que podem ter origens diversas. A mobilidade pode ser representada em sua forma pendular, de trabalhadores que se deslocam diariamente da cidade para o campo. Outra forma corresponde aos trabalhadores sazonais que deixam seus municípios de origem e se deslocam para as áreas rurais dos municípios produtores de café e passam a residir na localidade durante o período da colheita do café. Esta última forma de mobilidade consiste no foco deste trabalho.

A proposta de trabalho justifica-se primeiramente ao interesse em compreender o papel das relações socioespaciais na territorialização da população pela mobilidade sazonal para o trabalho na colheita do café. A escolha desse objeto de estudo está intimamente ligada às observações vividas pelo pesquisador, nascido e crescido no distrito de Vilelândia - Carmo do Rio Claro/MG, filho de casal de agricultores familiares que experimentou durante a infância e juventude a atuação nas práticas agrícolas da cafeicultura, desde capina, adubação, colheita e secagem dos grãos. A agricultura familiar tem em cada ente uma força de trabalho específica e importante.

A experiência vivida no campo possibilitou a observação do surgimento e da consistência adquirida pelo fenômeno ao longo dos anos. Desta forma, a pesquisa se concretiza como um trabalho de maior fôlego sobre o tema da mobilidade sazonal na cafeicultura, uma vez que, o pesquisador já realizou trabalho de conclusão de curso neste tema. Na busca por adquirir mais qualificação profissional e conhecimento científico, foi necessário deixar a vida no campo e se embrenhar pelos grandes centros urbanos, fazendo com que o pesquisador tenha vivenciado o fenômeno da mobilidade.

Assume relevância, ainda, pela abordagem do tema da mobilidade espacial de populações dentro da dinâmica da cafeicultura, dada a necessidade de trabalhos que abordem especificamente esta questão. Embora, existam muitos estudos que tratem dos deslocamentos internos Brasileiros, tanto no que tange as migrações como as mobilidades, poucos os trabalhos tratam da temporalidade sazonal e dos deslocamentos para trabalhar na colheita do café na atualidade. Este trabalho ganha relevância também por possibilitar a compreensão da dinâmica socioespacial produzida pela cafeicultura.

Em função da ausência de literatura específica sobre o papel da mobilidade da população na cafeicultura, as referências que tratam da circulação de pessoas para trabalhar nas monoculturas agrícolas, as migrações internas e externas e de redes consubstanciam os

elementos teóricos da pesquisa. Embora existam características distintas da mobilidade temporária para o trabalho em outras monoculturas agrícolas, como a cana de açúcar, o algodão e a laranja². A produção de literatura referente a estas tipologias de mobilidade espacial de populações no campo oferece subsídios necessários para a análise do fenômeno na cafeicultura.

A questão central dessa pesquisa envolve um esforço para compreender a mobilidade sazonal presente na estrutura produtiva da cafeicultura na região Sul de Minas. As ideias iniciais, a respeito desta questão, demonstram que as relações socioespaciais empreendidas antes e durante o fenômeno da mobilidade favorecem a manutenção desses fluxos de mobilidade sazonal, possibilitando que este fenômeno seja recorrente todos os anos.

O objetivo geral desse trabalho foi o de avaliar o papel da mobilidade sazonal da força de trabalho para a colheita do café na constituição e manutenção da estrutura produtiva da cafeicultura regional, assim como o desdobramento de processos e dinâmicas socioespaciais relacionadas ao fenômeno entre de origem e destino desses trabalhadores. Esse objetivo geral se desdobrou em específicos, para compreender a cafeicultura como um condutor de mobilidade, incluindo o propósito de entender a construção e desconstrução de fronteiras territoriais pela mobilidade sazonal de populações. Envolveu, ainda, a análise dos conceitos relacionados à mobilidade sazonal de populações, incluindo sua dimensão socioespacial, bem como identificar o papel das redes sociais dos trabalhadores sazonais entre origem e destino.

Pautado nos objetivos específicos explicitados acima, este trabalho se concretizou em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta os encaminhamentos metodológicos da pesquisa, organizada no hibridismo metodológico caracterizando uma metodologia multiescalar. A multiescala permite trabalhar diferentes níveis escalares de análise (macro, micro e redes sociais) em relação ao fenômeno estudado. O capítulo também referenda as técnicas empregadas para organização, exploração e análise dos resultados obtidos.

O segundo capítulo vislumbra caracterizar e compreender a cafeicultura como um polo condutor de força de trabalho temporário, bom base no nível macro de análise. Para isto, foram levantadas bibliografias e dados secundários a respeito do processo histórico de

² CORREA, M. B.; ALENCAR, M. T. Implicações socioeconômicas decorrentes do movimento migratório sazonal dos trabalhadores de Timbiras – MA para São Paulo – SP. **Campo Território: revista de geografia agrária**. v. 8, n. 15, p. 1-34, fev. 2011.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EduFSCar, 2007, p. 87-118.

constituição da cafeicultura na região Sul de Minas, bem como o processo de constituição do município de Carmo do Rio Claro-MG e do distrito Vilelândia.

O terceiro capítulo trata da necessidade de (re) pensar os conceitos e tipologias utilizadas pela Geografia da População. De modo que, seja possível reconhecer os limites conceituais e, ao mesmo tempo, transpor esses limites a fim de pensar um conceito que defina, com mais clareza, o fenômeno da mobilidade o qual se dedica este trabalho.

O quarto e último capítulo apresenta os resultados obtidos com a análise dos dados coletados durante as entrevistas realizadas com os trabalhadores no Distrito Vilelândia-Carmo do Rio Claro, constituindo o nível micro da análise multiescalar. Nesta etapa foram utilizadas a análise de discurso, como ferramentas analíticas para captar percepção dos entrevistados sobre a mobilidade, a moradia, o trabalho na cafeicultura e suas perspectivas. Também foi observada a posição dos trabalhadores em relação ao seu espaço social, bem como, o papel das relações sociais na territorialização e efetivação da mobilidade sazonal para trabalhar na colheita do café.

Encerra-se este trabalho elaborando conclusões sobre os aspectos relevantes de cada nível escalar de análise, de modo que os resultados obtidos em cada capítulo subsidiem as conclusões sobre a mobilidade de trabalhadores sazonais para a colheita do café.

1 – AS ESCALAS, O RECORTE ESPACIAL E A METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA MOBILIDADE SAZONAL DA POPULAÇÃO NA CAFEICULTURA

A investigação da mobilidade sazonal envolve a necessidade de um aparato metodológico capaz de subsidiar a proposta de estudo apresentada nos objetivos, o que envolve a identificação das causas, processos e implicações inerentes à mobilidade de espacial da população. A avaliação e análise dos fatores que provocam a mobilidade demandam por um levantamento de dados quantitativos e qualitativos, bem como a definição da(s) escalas de análise(s).

Os encaminhamentos metodológicos para realização dessa pesquisa convergem em uma abordagem “multiescalar”, definida por Barbieri (2007, p. 228 – 229) como:

[...] a busca pela compreensão dos efeitos, sobre a relação entre a mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra, dos múltiplos níveis de análise encontrados ao longo tanto das escalas espaciais (por exemplo, indivíduos, domicílios, comunidades, regiões) quanto temporais (anos, estações, etc.) (grifo do autor).

A multiescala estaria, no limiar, entre os níveis macro e micro, representada pelas redes sociais de mobilidade. Destarte, essa forma de abordagem possibilita observar as condições estruturais favoráveis à mobilidade, bem como, as questões subjetivas que efetivam o fenômeno. As “dimensões macro permitem algumas reflexões prospectivas, porém o nível micro compõe melhores indicadores dos possíveis desdobramentos das trajetórias destas pessoas” (OLIVEIRA, 2011, p. 248). As redes estão representadas nas relações sociais entre a origem e o destino dos sujeitos envolvidos, que confluem sobre os territórios e os processos de des-re-territorialização. A figura 1 apresenta o esquema sintético, representado os níveis de análise e as abordagens teóricas que fundamentam a metodologia deste trabalho.

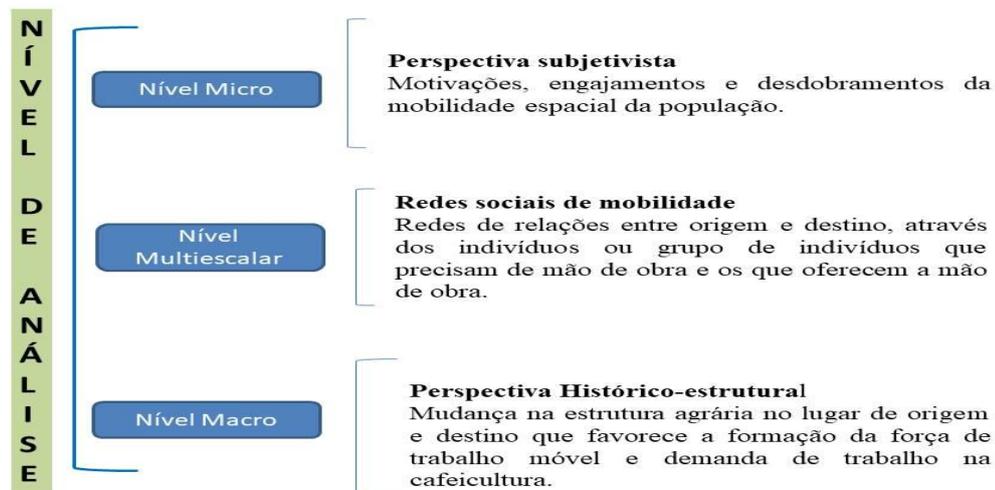


Figura 1: Esquema metodológico multiescalar.
Fonte: Elaboração do autor, 2017.

1.1 - Escala macro: o viés estruturalista

A análise na escala “macro” baseia-se na concepção histórico-estruturalista, proposta por Singer (1987), cujas causas das migrações são relacionadas à forma como a dinâmica dos processos de natureza estrutural (econômica) provocam a mobilidade espacial da população. Singer caracteriza de que forma a população de áreas desfavorecidas sofre a influência das modificações estruturais propiciadas pela inserção do modo capitalista de produção, sobretudo no campo.

A população das áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do progresso de acumulação sem que possam beneficiar dos seus frutos. [...] Em alguns lugares, a economia se especializa na produção de uma ou algumas poucas matérias-primas, reproduzindo dentro dos países a dicotomia “desenvolvidos x subdesenvolvidos” que se nota no plano internacional. [...] Em outros lugares, a economia se encontra à margem da divisão inter-regional do trabalho, fechando-se sobre si mesma na base da produção para subsistência, cujo excedente medíocre anima uma débil vida urbana local (SINGER, 1987, p. 37-38).

Para Singer (1987, p. 39) os minifúndios correspondem à área de origem dos fluxos pela sedimentação de fatores de estagnação. Assim, o pequeno proprietário de terra expropriado dos recursos para produzir vê-se obrigado a se mobilizar sazonalmente, principalmente para a colheita em outras áreas. Nesse aspecto, “numerosos trabalhadores se deslocam para outras áreas agrícolas, onde participam das colheitas e depois retornam à própria gleba”.

As desigualdades regionais produzidas no processo de produção capitalistas se constituem como um fator importante na análise dos deslocamentos populacionais. Partindo

de uma análise na escala local e microrregional, evidenciando os fatores que favorecem a constituição da mobilidade espacial entre origem e destino. Como a estrutura fundiária, condições de trabalho, renda, moradia, etc., focalizando a investigação dos fatores econômicos, culturais, sociais e políticos que favorecem a mobilidade. Estes fatores estão associados ao conceito de mudança abordado por Singer (1987), conforme comenta Oliveira (2012, p. 244):

Estas considerações podem ser relacionadas ao conceito de mudança enquanto fator fundamental para a criação de uma força de trabalho móvel desenvolvido por Singer (1973). Esta mudança se deve à penetração de relações capitalistas na agricultura, o que causa um aumento da concentração fundiária, além da introdução de técnicas que reduzem a demanda por trabalhadores.

As especificidades da estrutura produtiva são primordiais para o entendimento de como as alterações ocorridas, sobretudo no espaço rural, que propiciaram a conexão entre as localidades, a partir da mobilidade. Desta forma, o procedimento parte de uma análise na escala local (município), evidenciando os fatores que favorecem a constituição dos fluxos de mobilidade espacial entre origem e destino. Singer (1987, p. 37-38) conceitua o que seriam fatores de mudança e estagnação.

[...] Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego; [...] e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

A análise histórico-estrutural tem como base para análise, informações referentes aos processos de transformações socioespaciais, provenientes dos processos produtivos instaurados ao longo da história. De acordo com Becker (2006), sobre esse aspecto, a pesquisa deve prever uma análise dos processos históricos que determinam a constituição econômica, social, política e cultural do espaço em análise. Neste sentido, buscou-se a investigação dos fatores econômicos, culturais, sociais e políticos que favorecem a mobilidade. Póvoa Neto (1999, p. 51) destaca que, essas operações metodológicas, “busca enraizar sua análise no solo dos contextos históricos e geográficos específicos. Análise de grupos e classes sociais a sofrer a força de estruturas sociais que explicam a maior ou menor propensão para a migração”.

Para fundamentar a caracterização regional do município foram consultados os dados secundários disponibilizados pelo IBGE, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, demográficos e ambientais relacionados ao município em análise e seu contexto

regional. Para a interpretação do contexto do município foram levantadas referências bibliográficas sobre os processos históricos referentes da vocação econômica da região Sul de Minas.

O objetivo é remontar o contexto histórico de formação do município levando em consideração a questão regional. Este levantamento histórico permite ressaltar alguns elementos que fomentam as disparidades regionais que configuram e intensificam a mobilidade populacional, possibilitando o entendimento dos processos de apropriação do espaço. Bem como a forma como estes processos configuram o quadro para análise da mobilidade sazonal da população em Carmo do Rio Claro³. Singer (1987, p. 31) aponta esse início para a investigação ao afirmar que “os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo”.

Póvoa Neto (1999, p. 51) destaca essas operações metodológicas, que “buscam enraizar sua análise no solo dos contextos históricos e geográficos específicos”, a partir da “análise de grupos e classes sociais a sofrer a força de estruturas sociais que explicam a maior ou menor propensão para a migração”. Doravante, a análise no nível macro se concentra na compreensão da formação histórica dos lugares que atraem força de trabalho.

1.2 – Escala micro: as individualidades e as redes sociais

A escala micro (em nível de indivíduo) destaca as subjetividades no que tange ao processo de mobilidade e seus desdobramentos no cotidiano do trabalhador sazonal e dos cafeicultores que recebem essa mão de obra móvel. Ainda segundo Becker (1997) é importante considerar as opiniões dos outros sujeitos, inseridos diretamente ou indiretamente no processo de mobilidade, como as pessoas que recebem esses grupos, tais como os comerciantes das cidades e vilas, os representantes políticos e sindicais. Observação que possibilita o entendimento da mobilidade e dos processos decorrentes, com base nas narrativas dos sujeitos. Oliveira (2012, p. 249) enaltece a importância da abordagem micro, porque “não está relacionada apenas às motivações e bases para tal mobilidade em si mesma, as perspectivas desta e especialmente as perspectivas dos migrantes também apresentam relevância”.

³ A escolha desse município está associada à indicação do fenômeno da mobilidade entre as localidades sugerida por Cardoso e Alves (2014, p. 41).

A investigação qualitativa teve como base para o levantamento de informações a realização de entrevistas semiestruturada construída na forma de questionário. Matos e Pessoa (2013) enfatizam que este tipo de entrevista que integra perguntas abertas e fechadas (formuladas previamente), permite maior espontaneidade nas respostas dos informantes. A aplicação de questionários consiste no procedimento que tornará possível entender a realidade vivida de cada sujeito. O que envolve o levantamento de informações que subsidiem a compreensão da realidade socioeconômica, na qual, os sujeitos estão inseridos.

[...]as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999).

A opção da entrevista qualitativa com questionário semiestruturado teve por finalidade atender os objetivos da pesquisa, quanto à percepção dos sujeitos sobre o fenômeno, podendo ter uso variado e concomitante com outros instrumentos metodológicos a propósito da pesquisa. Fraser e Gondim (2004, p. 145) endossam que esta pode ter por finalidade “compreender os significados e as vivências dos entrevistados no que tange a determinadas situações e eventos”.

A estruturação do questionário (APÊNDICE A) está distribuída em dois componentes, o primeiro diz respeito às características socioeconômicas (renda, escolaridade, trabalho, características demográficas). No segundo, as perspectivas dos trabalhadores sazonais em relação ao processo da mobilidade (motivações e pretensões). Apesar de o questionário ter sido aplicado individualmente, as falas muitas vezes assemelham. Destarte, a sistematização da amostra estabeleceu como população da amostra, os trabalhadores sazonais que estavam residindo temporariamente no distrito Vilelândia. A escolha do distrito como unidade amostral, se baseou na presença do fenômeno da mobilidade e na disponibilidade de informantes.

A intencionalidade na escolha dos grupos é importante na pesquisa qualitativa porque aproxima o pesquisador de uma realidade concreta onde ocorre o fenômeno a ser investigado [...]a fala de alguns indivíduos de um grupo é representativa de grande parte dos membros deste mesmo grupo inserido em um contexto específico (FRASER e GONDIM, 2004, p. 148).

O questionário foi aplicado para sessenta pessoas distribuídas em oito residências. As residências visitadas eram indicadas pelos próprios entrevistados, que informavam onde haviam possíveis trabalhadores residentes para a pesquisa. Nem todos que trabalhadores que sitiavam na residência aceitavam participar da pesquisa. Desta forma, optou-se por encerrar as

visitas quando fosse contemplado o plano amostral envolveu um total de 10% dessa população flutuante (embora não exista uma precisão do número sobre a mobilidade sazonal na região). No entanto, estima-se que este valor esteja por volta de 500 a 700 pessoas como aponta Cardoso e Alves (2014).

Os dados coletados a partir das questões objetivas do questionário foram analisados utilizando como instrumento metodológico a estatística descritiva que prevê a tabulação, categorização e o levantamento de informações relativas às motivações individuais, do grupo ou da comunidade sobre o engajamento no fenômeno da mobilidade espacial.

Embora não se tenha utilizado a análise de conteúdo como ferramenta analítica, como estabelecido por Bardin (1977). A análise das respostas seguiu a organização metodológica sugerida por Bardin (1977), que estabelece as etapas para a organização da análise e leitura das entrevistas, sendo estas: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados.

Na pré-análise o pesquisador deve primeiramente fazer uma “leitura flutuante” das respostas obtidas, com o objetivo de organizar o “*corpus*” de análise, operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. A organização dos documentos segue as seguintes regras: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Após essa primeira leitura deve-se levantar hipóteses, posteriormente são estabelecidos critérios para classificar as respostas em “categorias de significação” (BARDIN, 1977; ROCHA, DEUSDARÁ, 2005).

A exploração do material consiste na construção de operações de codificação das respostas obtidas nos questionários, de modo que se tenha um recorte do texto em unidades de registro (parágrafo, frase, palavra-chave, expressão, etc). Essa etapa possibilita a classificação e a contagem da frequência da unidade de registro estabelecida, esse recorte facilita o processo de enumeração das respostas. Nesta pesquisa foram utilizados recortes no nível linguístico (palavra, frase) e a contagem de frequência destes recortes nas respostas dos trabalhadores, caracterizando uma análise temática.

Segundo Bardin (1977, p. 109) é possível considerar significativo e atribuir o mesmo valor para os itens que aparecem com mais frequência, respeitando o seguinte pressuposto: “a aparição de um item de sentido ou de expressão, será tanto mais significativa em relação ao que procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada quanto mais esta frequência se repetir”. A partir da frequência das unidades de registro classificam-se estas unidades em categorias simbólicas ou temáticas.

A última etapa deste processo corresponde ao tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Esta etapa visa captar e conceder sentido aos conteúdos expressos nas respostas dos trabalhadores, estabelecendo correspondências entre o nível teórico e empírico que endossam a pesquisa. As operações estatísticas contribuem para estabelecer provas de validação dos resultados, garantindo o rigor metodológico. A análise dos resultados possibilita ao pesquisador propor inferências e antecipar algumas interpretações em função do objetivo da pesquisa. As inferências permitem encontrar aquilo que não é aparente nas respostas dos entrevistados.

Ao interpretar as respostas o pesquisador atribui sentido e significado às respostas, caracterizando assim, o método indutivo de análise (BARDIN, 1977; ALVES, 2013). A análise está embasada pelo viés estruturalista, e Bardin (1977) determina que a análise não fique somente na classificação de signos e significados, concentrando-se também nas relações que organizam componentes presentes nas respostas dos entrevistados. Em resumo, a análise estrutural está centrada nos *laços* da rede de relações sociais dos trabalhadores sazonais.

1.3 – Multiescalar: por uma abordagem híbrida

O nível multiescalar se localiza no limiar entre os níveis macro e micro, caracterizando uma abordagem híbrida, ou seja, a multiescala estaria entre questões estruturais e sociais que incidem sobre o fenômeno da mobilidade. Neste nível, objetiva-se analisar a constituição dos territórios e das redes sociais a partir da mudança no espaço de reprodução social, definido como “espaço de vida”. Mesmo que a mudança não seja duradoura, não se pode abdicar do fato, que durante a mobilidade sazonal ocorre o deslocamento dos territórios e da rede de relações sociais. Dessa forma a mobilidade se constrói sob uma trama de redes complexas no campo de Carmo do Rio Claro, onde trabalhadores sazonais estabelecem vínculos e constroem territórios em diferentes espaços. Saquet e Mondardo (2008. p. 123) afirmam:

há, pois, construção de territórios em rede no interior das relações sociais produzidas pelos migrantes e não-migrantes, entre os territórios de origem e destino, na mobilidade espacial. Os migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da integração ao mercado de sua força de trabalho, da comercialização, da comunicação, das representações, das organizações políticas, das viagens[...].

Dessa forma, vislumbra-se compreender no campo das relações socioespaciais, os desdobramentos da mobilidade sazonal em função de processos que alteram a dinâmica socioespacial no lugar de destino. Assim como, descrever a formação da rede entre origem e destino, através dos relatos dos entrevistados, motivações para a manutenção dessa rede, etc.

Este procedimento metodológico também busca compreender, no campo das relações socioespaciais, os desdobramentos da mobilidade sazonal em função dos processos que alteram a dinâmica socioespacial tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino.

Zelinsky (1971, p. 223-224) descreve a dificuldade em observar analisar o processo de territorialização da mobilidade, por não se tratar apenas de uma mobilidade territorial (espacial), mas também, de uma mobilidade social.

Mas, a mais profunda dificuldade é a íntima, ainda ambígua, ligação entre a mobilidade territorial e social. É evidente que é uma parte, mas não totalmente, transformáveis em outra, de modo a que, uma pode ser negociada contra a outra, até certo ponto; mas a natureza exata das ligações ainda tem de ser trabalhada⁴ (tradução do autor).

Zelinsky (1971, p. 225) define o conceito de mobilidade territorial, como um conceito mais abrangente, capaz de abarcar tanto a mobilidade física (mudança de residência), quanto a mobilidade social (laços sociais).

[...]O termo "mobilidade territorial" é abrangente, combinando (isto é, residencial) migração convencional, com o que, por falta de melhor designação, pode ser chamado de "circulação". Como geralmente definido, a migração é qualquer mudança permanente ou semipermanente de residência; mais significativamente, talvez, é uma transferência espacial de uma unidade social ou bairro para outro, o que tenciona ou rompe os laços sociais anteriores[...]⁵ (tradução do autor).

Pode-se dizer que, os deslocamentos, no geral, não envolvem somente a mudança residencial ou espacial do indivíduo ou do grupo de indivíduos. A mobilidade espacial não pressupõe efetivamente uma mudança da dimensão das relações sociais. “Mesmo na mobilidade, no trânsito, vivem-se territorialidades múltiplas, relações de poder, que são abstratas e concretas simultaneamente. O poder é intrínseco às relações sociais” (SAQUET, 2008). O movimento é prescindido por imposições territoriais, materiais e imateriais, em conformidade com as desigualdades socioespaciais, presentes na Economia-Política-Cultura-Natureza (E-P-C-N).

A mobilidade sazonal transpõem relações de poder, configurando um quadro de mobilidade territorial. Ueda (2008, p. 80) destaca o papel da mobilidade e das redes na promoção da ideia de proximidade, e ressalta que não é possível excluir os indivíduos desse processo, fixando-os aos territórios. Os territórios e as redes, se multiplicam, entrelaçam,

⁴ But the most profound difficulty is the intimate, yet ambiguous, liaison between territorial and social mobility. Clearly one is partly, but not fully, convertible into the other, so that one can be traded off against the other, up to a point; but the exact nature of the linkages has yet to be worked out. (ZELINSKY, p. 223-224).

⁵ [...]The term “territorial mobility” is comprehensive, combining conventional (that is, residential) migration with what, for lack of a better designation, can be called “circulation”. As generally defined, migration is any permanent or semipermanent change of residence; more meaningfully, perhaps, it is a spatial transfer from one social unit or neighborhood to another, which strains or ruptures previous social bonds[...].”

entrecruzam e transformam-se de maneira recíproca. “As redes criam as solidariedades sociais e territoriais e favorecem a atração econômica dos territórios”. Isto ressalta o pressuposto de que, os indivíduos tendem a se deslocar em grupos, pela possibilidade de transferir laços sociais que compõem a rede social estabelecidos na origem para o destino. Esta estratégia é estabelecida pelos indivíduos para deslocar não somente a dimensão do espaço territorial, mas também do espaço relacional. Destarte, a dinâmica dos fluxos e das trocas entre a origem e destino territorializam a mobilidade, através das redes de relações sociais.

Tilly (1986, p. 4) apresenta como se dá o processo de constituição da rede origem e destino, por meio das conexões entre as pessoas que localizadas na origem, configurando uma rede de envio de pessoas e os pontos das conexões estabelecidos no destino, constituindo a rede de recebimento.

O tricô dos dois cria uma nova rede que abrange origem e destino. A distinção só pode ser difícil, uma vez que muitas pessoas fazem vários movimentos, e uma vez que um sistema de migração começa a operar a linha entre a "origem" e "destino" começa a diluir. No entanto, a distinção faz sentido, porque as características da nova rede dependem dos emparelhamentos que ocorrem na junção de origem e de destino; esses emparelhamentos variam significativamente ao longo do tempo (TILLY, 1986, p. 4, tradução nossa)⁶.

Embora a descrição de Tilly (1986) esteja relacionada à configuração das redes de migração internacional, a descrição endossa muito bem o estabelecimento da rede de mobilidade entre duas localidades. A sobreposição das conexões (laços) das redes entre a origem e o destino, também sobrepõem o tecido social e produzem paralelamente uma nova “rede origem destino”. A mobilidade, por sua vez, não movimenta somente as relações de poder e os territórios. Ela também transpõe relações sociais antigas, e cria novas relações.

Na mobilidade sazonal dos trabalhadores passam a estabelecer relações entre o lugar de origem e o lugar de destino, a partir da constituição de uma rede de comunicação e informação que permite a mobilidade de grupos em busca de trabalho. Esta por sua vez, é definida por Saquet e Mondardo (2008) como uma rede social de migração.

Descrição da formação da rede entre origem e destino, através dos relatos dos entrevistados são reveladas as motivações para a manutenção dessa rede. Haesbaert (1998, p. 62) define a integração conceitual entre territórios e redes da seguinte forma: “territórios são marcados sobretudo pela horizontalidade espacial e especialmente quando fragmentados

⁶ [...]The knitting of the two creates a new network that span origin and destination. The distinction can only be rough, since many people make multiple moves, and since once a migration system starts operating the line between "origin" and "destination" begins to blur. Nevertheless the distinction makes sense because the characteristics of the new network depend on the pairings that occur at the junction of origin and destination; those pairings vary significantly over time. As consequence, the same kinds of migrants end in very differences relations to the population at their destinations[...] (TILLY, 1986, p. 4).

necessitam de redes (ainda que imateriais) para sua articulação”. Saquet e Mondardo (2008, p. 119) enfatizam que a mobilidade espacial da população:

[...]coincide com um processo de construção e interação territorial em rede. [...]a mobilidade espacial da população produz, através de uma interação em rede, a construção de territórios interligados entre si tanto econômica como cultural e política.

A formação da rede ocorre a partir dos fluxos de informação e comunicação entre o lugar de origem e o lugar de destino, no processo de ir e vir e nos laços sociais estabelecidos pelo trabalhador sazonal, constituído de seu rede social estabelecida na sua trajetória (HAESBAERT, 1998; SAQUET e MONDARDO, 2008). Matos explica que as mudanças socioespaciais atuam como mecanismos que impulsionam os deslocamentos populacionais, e também aponta a importância das relações sociais para a consolidação do movimento,

Mudanças socioespaciais de expressão explicam o início de movimentos populacionais de curta ou longa distância e as redes sociais que perpassam tais movimentos imprimem-lhes consistência e estabilidade. [...]Relações Familiares, de amizade, étnicas ou religiosas, algumas construídas ao longo da etapa migratória, podem se solidificar e explicar a existência de determinados fluxos migratórios (MATOS, 2011b, p. 174).

Matos (2011b) aponta a dificuldade na tarefa de pensar as categorias de redes e território como “categorias gêmeas”, pela associação destes conceitos, embora evidente, existe a dificuldade de distinguir causas e consequências, uma vez que, as redes podem imbricar-se com alguns territórios. O autor define a rede social como “um conjunto de relações resultantes da articulação de grupos de pessoas, ou instituições sociais, segundo motivações específicas mais ou menos duráveis no tempo” (MATOS, 2011b, p. 174). De acordo com Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (2011, p. 20) a “noção de redes sociais estaria no condicionante da migração, sobretudo pelo papel facilitador da inserção no mercado de trabalho e na sociedade do lugar de destino”.

O reconhecimento do contexto, neste trabalho, se dá pelo registro “definido como conjunto de escolhas de elementos da linguagem que em diferentes contextos” (MEURER e DELLAGNELO, 2008, p. 20) observando as variáveis ou dimensões do campo (atividade que as pessoas estão fazendo, acontecimento, atividade, entre outros), relações (abarcando os papéis sociais que cada sujeito exerce no tecido social) e o modo (representa o papel da linguagem em conformidade com o canal e o meio de comunicação). Vislumbram o entendimento do contexto social da mobilidade sazonal, em função da rede de relações sociais dos sujeitos envolvidos na mobilidade.

1.4 – A pesquisa de campo: em busca de evidências

O trabalho de campo compreendeu uma etapa importante dessa pesquisa. Além da aplicação dos questionários, a observação *in lócus*, também permitiu a obtenção de informações essenciais para a efetivação deste trabalho, especialmente aquela referente à vivência desses trabalhadores sazonais. Muitas informações são percebidas somente nas sutilezas, materializadas ou imaterializadas declaradas pelos sujeitos envolvidos no fenômeno da mobilidade sazonal para a colheita do café.

Inserir os campos de 2017

A realização do trabalho de campo contou com a permanência do pesquisador no distrito de Vilelândia no município de Carmo do Rio Claro durante os meses de junho e julho de 2016 e 2017 (período de maior intensidade da colheita do café). No ano de 2016, permanência no local de pesquisa foi planejada e imprescindível, para que fosse possível uma aproximação entre o pesquisador, o objeto de estudo e os sujeitos envolvidos no fenômeno analisado. Em 2017, as visitas ocorreram, principalmente nos finais de semana, com o objetivo de observar alguns aspectos constatados durante a análise dos questionários. Ao mesmo tempo em que se mantinha a medidas cautelares requeridas pelo rigor do método. Souza e Pêsoa (2013) salientam que, o trabalho de campo deve ser concebido como um processo, para além da simples busca de dados e informações sobre a realidade do fenômeno estudado.

As contradições encerradas em cada território não serão prontamente reveladas nas respostas e nos dados coletados; serão reveladas apenas por meio de uma aproximação com a complexidade territorial, o que requer uma vivência partilhada com os sujeitos da pesquisa em seu próprio terreno (SOUZA e PÊSSOA, 2013, p. 176).

Diante da afirmação do autor, expõe-se que durante a realização da pesquisa de campo alguns embates operacionais fizeram com que houvesse a necessidade de adequar os procedimentos planejados, principalmente pela desconfiança e resistência dos sujeitos em relação às entrevistas. Ao serem solicitados que autorizassem a gravação das entrevistas, a desconfiança comprometia todo o trabalho. Dessa forma, a gravação foi excluída dos procedimentos e optou-se por anotar a maior quantidade de informações possíveis durante as entrevistas.

O receio e a resistência, muitas vezes eram presentes, principalmente por associarem às fiscalizações, como do Ministério do Trabalho, que ocorrem constantemente na região durante o período da colheita. Para superar essas limitações era necessário entoar um

diálogo inicial com os migrantes explicando a intencionalidade, finalidade e a confiabilidade das informações concedidas durante as entrevistas.

As informações sobre como e onde encontrar os trabalhadores foram obtidas com a ajuda dos mesmos. Estes indicavam ao pesquisador onde estavam residindo outros trabalhadores, intermediavam o contato para as entrevistas, além de oferecer informações primordiais para a observação durante o trabalho de campo.

Durante as visitas o pesquisador presenciou e participou de momentos junto aos sujeitos, caracterizando o trabalho de campo como um tipo de pesquisa participante.

O diário também possibilitou anotar e detalhar as condições referentes à moradia, a qual os trabalhadores estavam condicionados. As visitas foram realizadas principalmente no final de semana, pois durante a semana os trabalhadores estavam mais envolvidos com a colheita. Algumas ocorreram após o período de trabalho, momento que a maioria dos sujeitos estavam reunidos assistindo TV e preparando o jantar. É provável, que durante o período da colheita este seja um dos momentos de lazer e descanso do grupo. Era notória a expressão do cansaço pela jornada de trabalho, que tem duração média de dez horas por dia. Nem sempre era possível aplicar o questionário no mesmo dia, em alguns casos era necessário intermediar o contato e agendar o dia que fosse favorável para eles.

2. O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL: A CAFEICULTURA EM CARMO DO RIO CLARO/MG

A variedade do café arábica é dominante em Minas Gerais, principalmente na região Sul de Minas (Sul e Sudoeste). De acordo com a estimativa da CONAB (2017) a região produziu entorno de 15.346.824 sacas em 2017. Em relação ao total de sacas produzidas no Brasil, a produção da região representa cerca de um terço da produção nacional (30,84%). Em comparativo com a produção total de café no estado de Minas Gerais, a região é responsável por produzir um pouco mais da metade da produção (51,3%). Em termos de área em produção, aproximadamente metade do total de Minas Gerais (1.008.467 ha) está localizado no Sul de Minas (523.506 ha), com uma produtividade média de 29,32 sc./ha.

A elevada produção do estado de Minas Gerais e da região sul mineira está associada à aptidão agrícola no que tange as características ambientais, como relevo e clima. Evangelista *et al.* (2002, p. 446) destaca tais atributos:

[...] no Brasil, as boas regiões produtoras de café estão localizadas onde ocorrem mais de 150 mm de chuva por mês, no período de florescimento, formação e maturação dos frutos, que compreende os meses de outubro a março nas regiões produtoras do Estado de Minas Gerais, ou seja, o período de renovação de galhos e folhas.

O relevo da região do Sul de Minas também favorece a formação das lavouras de café, especialmente pela presença de elevadas altitudes, que influenciam inclusive na qualidade da bebida do café. Infere-se, portanto que a cafeicultura é praticada em vertentes íngremes, que de certo modo, impedem a mecanização da colheita.

O município de Carmo do Rio Claro pertence à microrregião de Alfenas, a figura 2 mostra a localização e o limite territorial do município de Carmo do Rio Claro, que se situa no limite da microrregião de Alfenas confrontando com as microrregiões de Passos (São José da Barra e Alpinópolis), Varginha (Guapé, Campo do Meio, Boa Esperança, Ilícinea) e São Sebastião do Paraíso (Nova Resende).

A figura 2 também indica a localização do distrito Vilelândia, que está a uma distância de trinta quilômetros, no sentido oeste do município de Carmo do Rio Claro/MG. Na divisa com os municípios de Alpinópolis, Conceição da Aparecida e Nova Resende, municípios onde a cafeicultura também vigora. O trajeto até o distrito pode ser feito por estradas vicinais, que ligam os municípios confrontantes, entretanto, as precárias condições das estradas, acaba por isolar a população, uma vez que, o distrito dispõem apenas do transporte escolar.

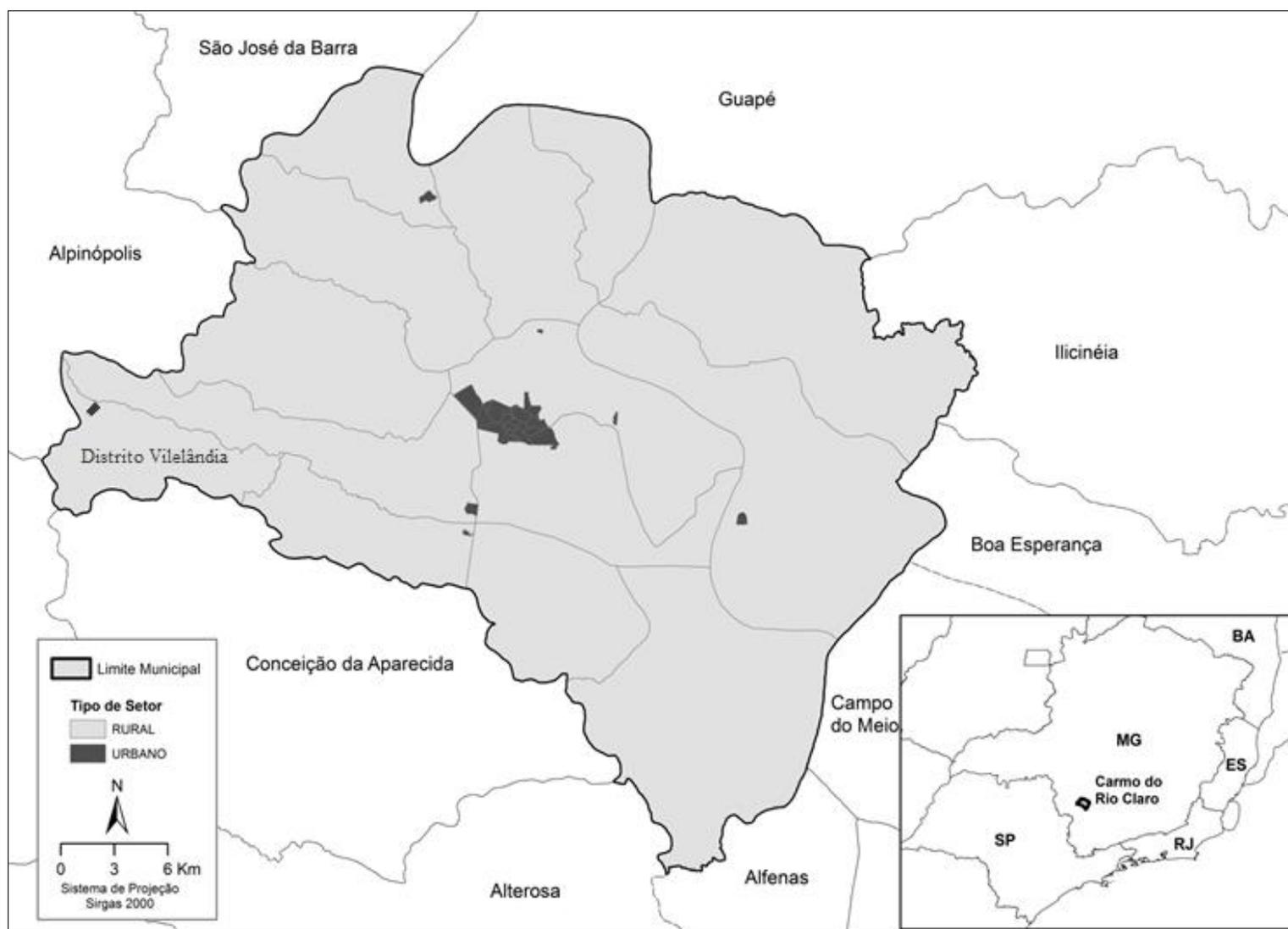


Figura 2: Localização do distrito Vilelândia e do município de Carmo do Rio Claro/MG.
Organizado por: Haroldo Junior Martins Cardoso e Carlos Fernando Lobo.

A produção de café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas desponta como a principal produtora do estado. De acordo com Silva *et al.* (2001, p. 1-2) a produção de café no estado de Minas Gerais é baseada nos modelos do agronegócio brasileiro. Isto significa que o setor produtivo está organizado em função de atender as exigências do mercado, como a incorporação constante de novas tecnologias e padronização da qualidade do produto. O modelo de produção agrícola empregado na região sul mineira, portanto, proporciona o desenvolvimento regional, assumindo as características intrínsecas do agronegócio do café.

A representação desse modelo está presente tanto no campo, através da incorporação das inovações tecnológicas, principalmente de fertilizantes e maquinários, e nas cooperativas responsáveis por garantir a implementação tecnológica e o acesso ao mercado consumidor. Silva *et al.* (2001, p. 9) expõem que estes são fatores que exerceram influência na constituição de um complexo agroindustrial do café, como:

[...]a existência de financiamento, assistência técnica, introdução de novas tecnologias, aumento das exportações, aumento dos preços internacionais e a renovação da cafeicultura via apoio governamental. Esses fatos trouxeram, como consequência, o aumento da área plantada e da lucratividade do café na RSMG [Região Sul de Minas Gerais], além da melhoria do produto via agregação de valor. [...]Atribui-se a esse fator (tecnologia) o atual nível de competitividade da região, associado também à boa estrutura de comercialização e fornecimento de insumos via cooperativas.

Vale *et al.* (2014, p. 09) pontuam a presença das cooperativas dentro da rede produtiva do complexo agroindustrial do café, na mesorregião Sul de Minas. Além da COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé), que já foi abordada anteriormente, constata-se a presença das seguintes cooperativas: COOPARAÍSO (Cooperativa Regional de Cafeicultores em São Sebastião do Paraíso Ltda.), a COCATREL (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda.), a Minasul (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda.) e a COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), esta última se destaca pela especificidade de beneficiamento e comercialização de café orgânico. A forte presença de armazéns para estocagem e comercialização e empresas torrefadoras são indicativos que reafirmam a instauração do complexo agroindustrial do café na região.

2.1 - A Cafeicultura no Sul de Minas: a necessidade da mão de obra sazonal

A ocupação de Minas Gerais foi proporcionada pelo ciclo do ouro e se deu de maneira intensa e relativamente desarticulada. O Norte era desbravado na subida do rio São

Francisco, com disponibilidade de terras, clima quente e seco e relevo adequado para o desenvolvimento da pecuária extensiva. A ligação entre as regiões era proporcionada pelo escoamento do ouro e pela distribuição das mercadorias. Minas Gerais, entre o século XVII e XVIII, foi considerada a principal província do país, possuía o maior contingente de escravos e o café já se fazia presente na Zona da Mata.

Cação (2012) sugere que existem várias hipóteses sobre a inserção da cafeicultura na região do Sul de Minas. Uma delas é de que o café haveria se deslocado da Zona da Mata para o Sul de Minas. Posteriormente, a cafeicultura extrapola os limites mineiros e ganha a fronteira em direção ao planalto e oeste paulista chegando até o Paraná, onde encontra latitudes mais altas e condicionantes climáticas que inviabilizam a produção cafeeira. A outra hipótese é de que a cafeicultura tenha chegado ao Sul de Minas, ainda primeiras décadas do século XIX, proveniente dos cultivos na província do Rio de Janeiro. A cafeicultura teria alcançado a região sul mineira pelas rotas comerciais dos produtos provenientes da “agricultura de abastecimento” que seguiam para a capital imperial.

[...]embora alguns apontem para outras datas como Moacyr Brêtas Soares (1940) que indica 1840 como data de introdução do café na cidade de Muzambinho, pelo fazendeiro José Alves do “Cafesal” que trouxe da Zona da Mata a primeira semente do “ouro verde” do local. Ainda segundo Soares, o café, foi inicialmente cultivado em fazendas com muitos escravos, e que foi gradualmente tomando o lugar da pecuária, da produção de cana e de alimentos, deixando-os em segundo plano (CAÇÃO, 2012, p. 3).

A trajetória inicial do café em Minas Gerais não adquire consistência, como em São Paulo, pela desintegração entre os espaços regionais mineiros e pela dificuldade de escoamento da produção, limitando a produção agrícola mineira ao comércio interno. Após o ciclo do ouro, a região Sudeste se configurava como um território desocupado, com uma população dispersa entre as áreas, sobrevivendo da agricultura e de produtos artesanais (BALÁN, 1973; MATOS, 1992).

Saes e Avelino (2012, p. 68) demonstram também a diversidade produtiva do contexto histórico do Sul de Minas, em que “a produção variada que passava por cereais como arroz, milho, feijão, por animais como porcos, gado e, até mesmo, outros produtos como algodão, fumo, açúcar, tecidos e chapéus.” A cafeicultura era uma atividade de pouca intensidade prevalecendo a “agricultura de abastecimento” (CAÇÃO, 2012). Estes produtos diversificados eram produzidos para suprir a demanda do Império e a relação mercantil marcava também as articulações políticas exercidas entre as elites locais e o Império, além de promover o desenvolvimento de novas freguesias ao longo das rotas comerciais. Saes e Avelino (2012) afirmam que a força política da elite sul-mineira estava relacionada à

manutenção dos circuitos mercantis, destinados ao abastecimento interno e tendo como principal força de trabalho a escravidão.

De acordo com Castilho (2011, p. 26), até a metade do século XIX, a macrorregião Sul/Sudeste de Minas apresentava uma dinâmica de produção agrícola com uma grande diversidade de produtos, que abasteciam o mercado interno e permitiam aos grandes proprietários desenvolver a região. “A economia sul-mineira estava assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais” (ANDRADE, 2005).

Botelho *et al.* (2007), promove uma discussão referente ao processo de substituição da mão de obra escrava para o imigrante europeu em Minas Gerais no fim do século XIX, ressaltando o apego dos fazendeiros mineiros ao modelo de produção escravista. O qual garantiu enriquecimento dos mesmos, tendo como base a produção destinada ao abastecimento do mercado interno. Percebe-se que a negação ao projeto abolicionista esteve presente tanto na perspectiva da elite paulista, quanto pela elite mineira, utilizando a exploração do trabalho servil, como estratégia para garantir o lucro na produção.

Ainda no final do século XIX, o quadro populacional na província mineira era composto por um grande contingente de escravos e pela população pobre e livre, constituindo-se no estado mais populoso. Com a Abolição da Escravatura e a expansão da cafeicultura produziu uma demanda por força de trabalho que obrigou as províncias a difundirem políticas de atração de migrantes. De acordo com Lanna (1998)

[...] em Minas Gerais, a inexistência de uma fronteira agrícola em expansão, a diversidade econômica, a presença de uma colonização antiga e de um grande contingente populacional marcaram as propostas de reorganização do trabalho [...] Minas Gerais traça uma série de políticas de imigração que têm, em geral, como objetivo maior a colonização, entendida como assentamento de população em núcleos de povoamento, e não como oferta de mão-de-obra para fazendeiros. (LANNA, 1988, p. 57- 47 citada por BOTELHO *et al.*, 2007, p. 160)

Esse embate mostra que as políticas de imigração estiveram relacionadas à disponibilidade de terras agricultáveis, a qual possibilitava aos imigrantes cultivar a terra a fim de garantir sua subsistência. Ao contrário do que ocorreu na província paulista, durante os sistemas de parcerias e do colonato. Os objetivos e estratégias da política de imigração na província mineira se diferem dos empregados na província paulista, pois um privilegiava a formação de núcleos de povoamento e não como forma exclusiva de força de trabalho, como ocorreu na província paulista. O imigrante estrangeiro trazia consigo o conhecimento de exploração agrícola, ao contrário da população livre que ocupava o espaço agrícola mineiro. Exercendo atividades na produção alimentícia e não somente na lavoura do café.

As políticas exerciam o papel de atrair os imigrantes para as áreas que seriam colonizadas, oferecendo subsídios até mesmo o custeio da viagem. Estas políticas viabilizavam a manutenção da produção diversificada no estado, produzindo um movimento de colonização das demais áreas. “A imigração, portanto, seria um auxílio poderoso à mudança qualitativa da agricultura mineira, e não necessariamente uma solução para o problema da mão-de-obra no café” (BOTELHO *et al.*, 2007, p. 161-162).

Para Castilho (2011, p. 27) o enriquecimento dos fazendeiros da época se realizou pela produção diversificada, propiciando a formação de grandes unidades escravistas. Ao longo da segunda metade do século XIX, este cenário começa a se alterar devido à expansão da produção de café que ultrapassa os limites do interior de São Paulo, onde já despontava como a principal atividade econômica.

O café chega ao Sul de Minas por volta de 1880, ocasionando profundas alterações na região, sobretudo no modo de vida e nas relações de trabalho. Tão logo, a produção, antes diversificada, passou a imperar a monocultura do café. Conforme Viscardi (1995):

[...]estudos que comprovam a existência de uma forte economia cafeeicultora no estado com base na grande concentração de terras e na relativa monetarização da economia se contrapõem a todos os outros até então realizados em torno da economia mineira (VISCARDI, 1995)

A instauração da cafeeicultura sul mineira e seus desdobramentos como principal fonte produtiva transformou o espaço tradicional da “agricultura de abastecimento”, modificando significativamente a estrutura econômica, social e ambiental da região. Uma das limitações da região estava associada à falta de estradas e pontes, que dificultavam o escoamento da produção, conseqüentemente, o desenvolvimento da região e o adensamento populacional. A produção era escoada através de pequenas embarcações a remo, em direção aos principais centros de comércio regionais e para a capital imperial (CAÇÃO, 2012). Castilho aponta os desdobramentos decorrentes da expansão da cafeeicultura no Sul de Minas.

A rubiácea iniciou sua expansão pelo Sul de Minas na freguesia de Dores de Guaxupé, em 1875, [...] Segundo Oliveira e Grinberg⁷: “terras férteis em abundância e quase a custo zero, mão-de-obra ociosa, expansão das linhas ferroviárias e, principalmente, um longo período de preços atraentes do café explicam a rápida expansão cafeeicultora no Sul de Minas. (CASTILHO, 2011, p. 33-34)

Alguns dos fatores ambientais que favoreceram a inserção e expansão da cafeeicultura no Sul de Minas foram o relevo e o clima. A região apresenta oscilações altimétricas entre 500 a 1000 metros e clima com estação seca e chuvosa bem definida,

⁷ OLIVEIRA, J. G. R de; GRINBERG, L. **A saga dos cafeeultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

apresentando condições ideais para o plantio, crescimento, colheita e beneficiamento do café. A ligação econômica com o estado de São Paulo representa um fator importante no processo de cristalização da cafeicultura no Sul de Minas.

Assim como ocorreu no estado de São Paulo, a cafeicultura também foi responsável pela urbanização das pequenas vilas do Sul de Minas, propiciando a formação dos primeiros municípios da região. A cafeicultura se cristaliza e desenvolve a região, uma vez que, “o café trazia consigo a eletricidade, o automóvel, o telefone, os tecidos finos, o calçamento das ruas e construções de palacetes, teatros e outras novidades” (CASTILHO, 2012, p. 33).

A ferrovia foi estruturada com a finalidade de facilitar o escoamento da produção de café, em consonância, promove a ampliação da mobilidade dos fluxos de mercadorias e pessoas. A ferrovia, portanto, constituiu-se como elemento preponderante no processo de adensamento populacional, promovendo a reestruturação região pela modernização proporcionada pela cafeicultura.

A ferrovia representa o avanço da modernização no espaço sul mineiro e possibilitou, não somente a circulação dos fluxos, mas também um meio de articulação política das elites locais. “Com o crescimento acelerado da produção cafeeira, aumentam também as necessidades, de melhoria na infraestrutura de sua produção, mão de obra e transporte” (CAÇÃO, 2012, p. 8). A ferrovia se instala como precursora da modernização, agregando novas possibilidades para a efetivação da cafeicultura como principal fonte de renda, durante o fim do século XIX. “As principais linhas férreas da região foram: Estrada de Ferro Minas e Rio, Estrada de Ferro Sapucaí, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Muzambinho” (CASTILHO, 2012, p. 50). Neste momento, intensifica-se às relações políticas, econômicas e sociais, sobretudo com a elite paulista através da mobilidade proporcionada pela expansão da rede ferroviária.

Neste período o Brasil vivia momentos de transformações impulsionados pela expansão do capitalismo, que alterava a estrutura econômica, social e política. Como forma de adequação as modernizações das ideias, assim como nos Estados Unidos e na Europa. “Trata-se da expansão do liberalismo e do capitalismo que traziam consigo aspectos modernizantes para o país, como: o fim da escravidão, o republicanismo, a urbanização, a expansão cafeeira, a ampliação de linhas férreas etc.” (CASTILHO, 2012, p. 44).

O processo de modernização em Minas Gerais, de acordo com Paula (2000), é marcado por inúmeras especificidades na relação entre o rural arcaico e o urbano moderno,

devido à diversidade de fenômenos que provocam o avanço da modernização no espaço mineiro, a partir de aspectos regionais específicos que constituíram o processo histórico da modernização do espaço mineiro.

Reconstituir a trajetória urbana e regional de Minas Gerais é considerar as diversas dinâmicas, os diversos espaços-tempo de um processo de nenhum modo linear. Uma questão importante aqui é a referente à necessidade de estabelecer uma diferença entre os processos urbanos-regionais gerados pela dinâmica mineratória [...] e outros processos de formação urbanos-regionais em Minas Gerais, que tiveram nas atividades agro-pastoris as matrizes essenciais de sua dinâmica (PAULA, 2000, p. 42).

Paula (2000) afirma que, ainda durante o regime provincial, a cafeicultura mineira não desenvolveu no mesmo molde capitalista da província paulista. A cafeicultura moderniza o espaço, mas não cristaliza o modelo do capitalismo industrial. Um fato importante é a manutenção da mão de obra escrava durante o século XIX, não correspondendo aos aspectos da modernização, principalmente pelo modelo assalariado já implantado no Brasil. Mesmo assim, é possível considerar a significação das transformações no espaço sul-mineiro como moderno. Alguns fatores, como a expansão das ferrovias nos eixos que ligam a São Paulo e o Rio de Janeiro e a cristalização do modelo produtivo do café, permitiram o avanço da modernização, mesmo que rarefeita e excludente (SAES e AVELINO, 2012).

O desenvolvimento da rede urbana do Sul de Minas também está diretamente relacionado à expansão cafeeira e traz consigo a modernidade, que transforma e produz novos espaços no contexto regional, além de restabelecer a estrutura econômica mineira, pois se encontrava em decadência após o auge da mineração (PAULA, 2000). Saes e Avelino (2012) mostram que a modernização da região sul mineira é produzida a partir da dinâmica instaurada pelo café, rompendo com as estruturas tradicionais das atividades de subsistência e abastecimento estabelecidas na região.

A história da cafeicultura no Sul de Minas existe uma lacuna temporal de cerca de 150 anos sem publicações pertinentes ao assunto. A retomada do tema nas publicações ocorre somente a partir de 1970, quando a modernização da agricultura pela “Revolução Verde” trouxe transformações significativas, na questão da competitividade regional. Ao mesmo tempo em que o Sul de Minas constitui-se num importante espaço da produção de café no âmbito nacional, vale ressaltar que a modernização da agricultura tem seu início em 1930, com o fim da crise de 1929. Como afirmam Filetto e Alencar (2001, p. 8):

[...]Novas técnicas foram adotadas, diferindo substancialmente das tradicionais. Grande ênfase foi dada ao uso mais intensivo da terra, procurando-se atingir níveis mais altos de produção por hectare. Especial atenção foi dada a utilização mais eficiente do trabalho; foram incorporados novos tipos de plantas com menores períodos de maturação e melhor rendimento e a utilização de fertilizantes, assim

como a de defensivos agrícolas, desempenhou papel de destaque na produção de café do sul mineiro.

Os dados dos Censos Agropecuário de 1920, 1940, 1950 e 1960 sobre a área colhida (expressa em toneladas) de café no Brasil mostram que na década de 1920 o total da produção correspondeu a 788.488 toneladas. Na década de 1930, período da ditadura varguista e da Segunda Guerra Mundial, existiu um hiato a respeito dos dados da área colhida de café. Somente na década de 1940, que são retomados os levantamentos destes dados, totalizando 1.201.186 toneladas de café colhido. Na década de 1950, apresenta um aumento, chegando a 1.952.744 toneladas.

Durante a década de 1960 a produção de café mais que dobra, em relação às décadas anteriores, totalizando 4.069.493 toneladas de café. Estes números revelam que a produção de café apresentou um crescimento exponencial de 40,4 %, no período entre 1920 e 1950. O aumento da produção na década de 1960 está diretamente associado às melhorias na produtividade proporcionada pela Revolução Verde. “Em termos de participação no mercado mundial, a década de 1960 marcou uma fase importante em que o Brasil foi responsável por mais de 40% das exportações mundiais de café” (VALE *et al.*, 2014, p. 2).

De acordo com Gorender (1987) a incorporação de melhorias na produtividade estava diretamente associada ao interesse da indústria agrícola, responsável por transformar o espaço agrário brasileiro e realçar as desigualdades regionais.

[...] é uma política conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com a indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas. Não se pode dizer que é o exclusivo interesse dessas multinacionais que está tecnificando algumas regiões de agricultura brasileira, mas tal interesse explora e torna mais oneroso o desenvolvimento de forças produtivas na agropecuária nacional (GORENDER, 1987, p. 48).

A presença das multinacionais altera a dinâmica produtiva pela competitividade entre os setores, excluindo parcela dos produtores agrícolas dos avanços tecnológicos e mantendo os mesmos inseridos no mercado agroexportador. O aspecto dicotômico da inclusão pela exclusão realça os desdobramentos da instalação dos complexos agroindustriais no Brasil.

2.2 - A constituição do complexo agroindustrial do café no Sul/Sudoeste de Minas Gerais

Até a década de 1960 os dados do Censo Agropecuário estão apenas disponíveis na escala nacional. Somente após a década de 1970, durante o período de intensificação das

produções agrícolas pela Revolução verde é que foram produzidos dados em outros níveis de escala (regional, estadual, local, etc.).

Os dados da Tabela 1 apresentam a série histórica da produção de café no recorte nacional, regional e estadual. Nota-se a transferência gradual da quantidade de café produzido do estado de São Paulo para Minas Gerais a partir da década de 1970. A adesão de Minas Gerais ao Plano Nacional de Renovação dos Cafezais, que consistia em estímulos financeiros do governo para a ampliação e renovação das áreas produtoras de café, consistiu num dos fatores importantes para a hegemonia da produção cafeeira em Minas Gerais (PEREGRINI e SIMÕES, 2011, p. 186).

A mudança espacial da produção cafeeira também é decorrente de políticas que favoreceram o crescimento do complexo agroindustrial da cana no estado de São Paulo, competindo pelo espaço produtivo com a cafeicultura (OLIVEIRA, 2012). Além dos fatores políticos e econômicos, o recuo latitudinal esteve condicionado pela influência de fatores ambientais, como o relevo e o clima. A cafeicultura tem bons rendimentos em relevos declivosos e altitudes elevadas, influenciando inclusive na qualidade do produto. Como destacam Vale *et al.*:

A liderança do Estado de Minas Gerais na cafeicultura se efetivou a partir da década de 1970, superando os principais Estados produtores, na época, Paraná e São Paulo. Isto se deu principalmente pela existência de um Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a ocorrência de geadas nas principais áreas de produção desses dois estados, e a incorporação de extensas áreas de cerrado (VALE *et al.*, 2014, p. 5).

Durante a década de 1990, a cafeicultura brasileira reduz sua produção e participação no mercado internacional, como mostra a Tabela 1. Essa redução resulta da política de controle da produção, dada à desvalorização do real em relação ao dólar e a inserção de grupos estrangeiros na produção nacional. “Isso significa que o setor foi se tornando cada vez oligopsônico, que veem adquirindo empresas e marcas regionais, que, além de concentrar o mercado, também investem para cada vez mais nacionalizar essas marcas” (VALE *et al.*, 2014, p. 2).

Tabela 1: Área colhida de café (hectare) no Brasil, região Sudeste e estados da região série histórica de 1970 a 2006.

Unid. Territoriais	1970		1980		1985		1995		2006	
	Nº	%								
Brasil	1.635.666		2.449.225		2.636.704		1.812.250		1.687.853	
Sudeste	1.189.443	73	1.643.788	67	1.950.619	74	1.454.007	80	1.348.811	80
MG	335.654	21	537.482	22	767.542	29	790.030	44	822.985	49
ES	190.596	12	275.496	11	443.030	17	437.143	24	348.211	21
RJ	12.317	1	9.762	0	16.657	1	12.102	1	0	-
SP	650.877	40	821.046	34	723.387	27	214.733	12	167.657	10

Fonte: IBGE Censo Agropecuário série histórica de 1970 até 2006.

A produção de café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas desponta como a principal produtora do estado, como mostra a Tabela 2, elaborada por Peregrini e Simões (2011). Silva *et al.* (2001, p. 1-2) destaca que a produção de café no estado de Minas Gerais é baseada nos modelos do agronegócio brasileiro, que significa que este setor produtivo está organizado em função de atender as imposições do mercado, como a incorporação constante de novas tecnologias e estudos sobre o mercado consumidor. “O estado de Minas Gerais, maior produtor do país com 45,5% da produção brasileira, tem a economia de grande parte de seus municípios baseada no agronegócio do café que pode ser considerado como um fator de desenvolvimento regional.”

Tabela 2: Produção de café em Minas Gerais, de acordo com as mesorregiões produtoras - safra 2009/2010.

Mesorregião	Produção de café	
	(sacas de 60 kg)	%
Sul / Sudoeste	7.507.717	38,5
Zona da Mata	3.982.354	20,4
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	3.610.048	18,5
Oeste de Minas	1.485.178	7,6
Vale do Rio Doce	1.025.913	5,3
Campo das Vertentes	526.214	2,7
Noroeste de Minas	441.212	2,3
Jequitinhonha	407.497	2,1
Norte de Minas	311.300	1,6
Vale do Mucuri	116.460	0,6
Metropolitana de Belo Horizonte	46.301	0,2
Central Mineira	19.040	0,1
MINAS GERAIS	19.479.234	100

Fonte: EMATER (2009)⁸.

⁸ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER.

O direcionamento da produção para o mercado externo, através de políticas públicas, consolidou o modelo agroexportador no cenário nacional. Esse direcionamento proporcionou uma ampliação do espaço produtivo da *commodity*. Dessa forma, a modernização do espaço ocorre em consonância com o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas produtivas que intensificaram a produção. A modernização não ocorre de maneira homogênea, enaltecendo sua característica excludente, expropriando principalmente pequenos produtores familiares.

Muitas propriedades não absorvem toda inovação tecnológica, principalmente àquelas que possibilitam a mecanização da colheita. Esse fator, aliado à declividade do terreno, produz uma demanda por mão de obra no período da colheita, que não consegue ser suprida pela unidade familiar. . Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no Brasil, dos municípios da região Sul de Minas Gerais, Alfenas foi o município que mais gerou postos de trabalho, num total de 784 novos postos de trabalho. Fato diretamente associado à produção agropecuária, sobretudo como emprego formal na colheita do café. Deve-se constar, que este número deva ser bem maior, em função da informalidade dos contratos de trabalho na colheita do café.

Essa demanda por força de trabalho cria uma demanda por mão de obra “disponível” em outras localidades e favorece a mobilidade, produzida em função das contradições impregnadas no processo de modernização da cafeicultura. Apesar de todo aparato tecnológico desenvolvido para atender as necessidades da cafeicultura, do grande volume exportações e da presença de grandes grupos estrangeiros Mitsubishi, Starbucks, etc., algumas relações de trabalhos permanecem arcaicas e remetem, em muitos casos, ao trabalho escravo ou análogo à escravidão, devido às precárias condições de trabalho e moradia. A luz deste contexto é que se encontra a cafeicultura familiar no município de Carmo do Rio Claro/MG, a qual será caracterizada no tópico seguinte.

2.3 – A agricultura familiar no município de Carmo do Rio Claro/MG

Em um contexto regional caracterizado pelo desenvolvimento da cafeicultura é que ocorre o processo de formação do município de Carmo do Rio Claro. Inicialmente a formação do município esteve atrelada a grupos indígenas, especificamente os caiapós. A partir do século XVIII, as terras foram ocupadas por quilombolas e brancos pobres, que viviam em forma de comunidade, partilhando a posse da terra e os produtos para a

subsistência. Tanto os negros quanto os brancos, vinham fugidos, ou do trabalho escravo ou das perseguições políticas na região de mineração (GRILO, 1996; ANTENOR, 2012).

Em 1809 se formava um arraial com cerca de mil habitantes de origens bem variadas. Nesta época o arraial passou a receber migrantes de várias localidades, principalmente das regiões de mineração. Grilo⁹ (1996) denomina estes migrantes como “entrantes”, pois alguns estavam apenas de passagem, outros se fixaram e trouxeram suas famílias e passaram a desenvolver atividades agrícolas de subsistência. A chegada destes “entrantes” trouxe consigo a propriedade privada, organizada a partir da ocupação de grandes parcelas de terras. Essa ocupação se dava no sentido montante dos rios Sapucaí, Rio Claro e seus afluentes. A propriedade privada também instituiu o regime escravista no município, extinguindo a presença da comunidade quilombola, substituída pelas grandes fazendas.

O excedente da produção era direcionado para o mercado de abastecimento interno, expandindo as relações de troca com outras localidades. Em 1875 o arraial torna-se Vila e em 1877 inicia-se o processo de formação do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO, 2016).

Grilo (1996, p. 132) expõe que o município recebe o título de cidade, ainda em 1877. A presença de dois milhões de pés de café, constitui-se como argumento favorável à elevação da então vila à categoria de cidade, além da criação de gado aguar ardente, açúcar e fumo. O autor exalta a agilidade como foi concedida a titulação de cidade, e constata que a elite política local possuía grande influência junto ao governo da época.

Em 1963, parte do município foi inundado pela construção da usina hidroelétrica de Furnas. Atualmente, a presença da represa movimentou alguns setores econômicos, como o turismo, a pesca, o artesanato de doces e tecidos confeccionados em tear.

Localizado a 27 quilômetros do município de Carmo do Rio Claro, o distrito Vilelândia, encontra-se nos limites dos municípios de Alpinópolis, Conceição da Aparecida e Nova Resende. O distrito foi fundado em meados do século XIX, por famílias que migraram em busca de novas terras. De acordo com Soares (2011, p. 498), estas famílias vieram de Campos Gerais/MG e Coqueiral/MG, fixaram residência no local denominado, inicialmente, como Três Barras, “demarcaram vastas áreas de terra para a prática da agricultura e da criação de gado” (ROSA, 2004, p.57).

⁹ Grilo (1996) é historiador e coordenou os trabalhos do grupo “Memória Carmelitana” no levantamento de documentos e relatos que permitissem recontar o processo histórico de ocupação do município. A obra é organizada em aulas, pois foi elaborada com o objetivo de atender às demandas escolares.



Figura 3: Principal avenida do distrito Vilelândia.

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, entre os meses de junho e julho de 2016.

O enfoque abordado por Soares (2011) é a genealogia da família Vilela em Carmo do Rio Claro, bem como, no distrito da Vilelândia, que recebe este nome pela sua fundação por duas famílias de origem Vilela. Conforme a exposição de Rosa (2004, p. 57), as terras eram de “propriedade do Sr. José Leonel Vilela e do Sr. Olímpio Leonel Vilela. Ambas, com áreas de extensas, não se conhecendo os números reais, apresentavam colônias com número superior a vinte famílias cada”.

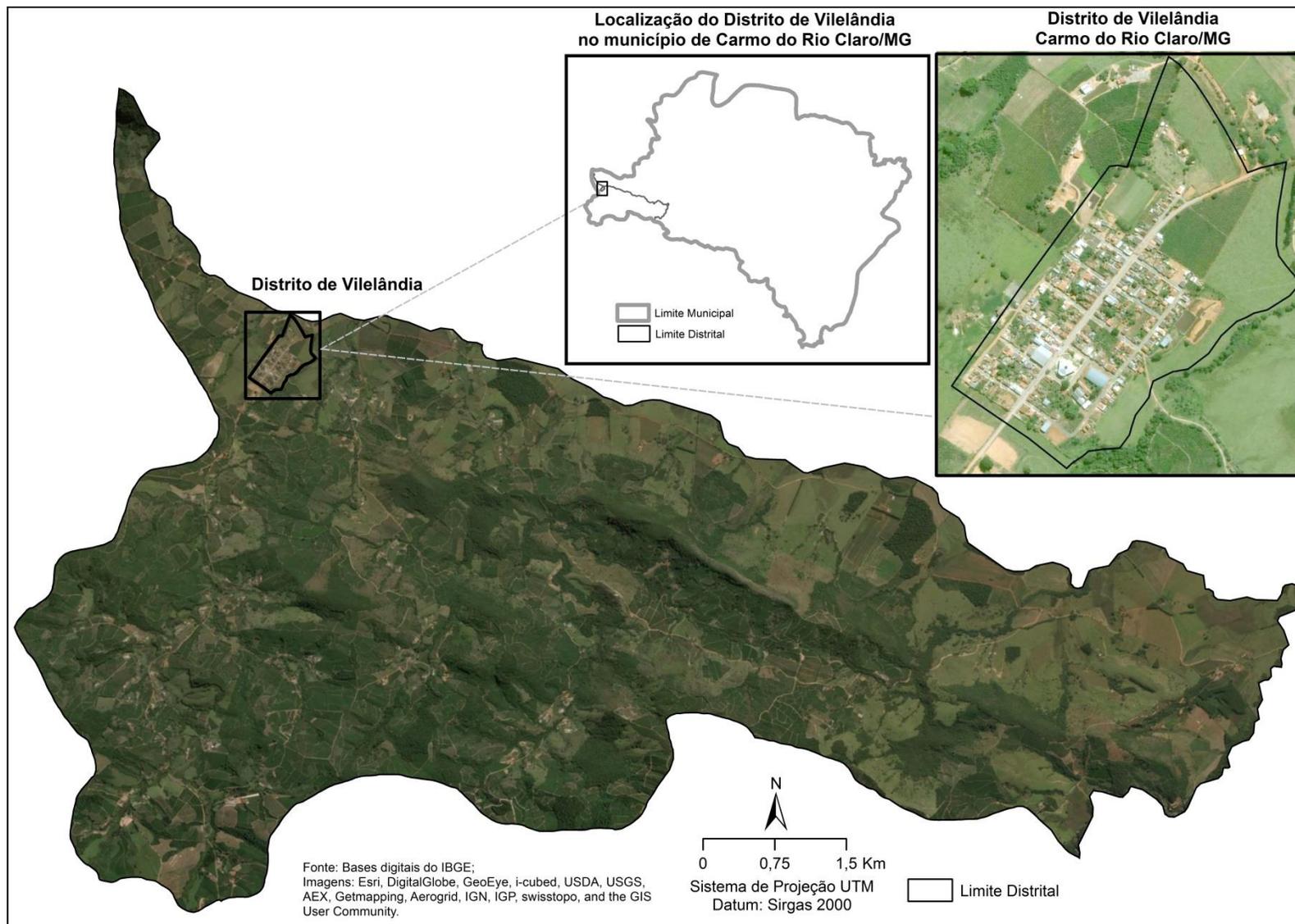
As sedes das propriedades estavam sempre próximas a cursos d’água, pois havia a dificuldade de obter canos para canalizar a água até as residências. A água também funcionava como fonte de energia mecânica para o funcionamento de moinhos de fubá e monjolos. A produção agrícola estava associada à produção de alimentos para a subsistência e a criação de gado de leite. A concentração das terras das duas fazendas foram diluídas pela comercialização para sobrinhos e doação entre herdeiros (ROSA 2004, p. 57). Esta forma de distribuição da terra proporcionou a constituição do modelo baseado na agricultura familiar.

Conforme se pode observar nas figuras 4, o relevo proporcionando o cultivo em áreas íngremes e que dificulta o uso de maquinários de grande porte, cabendo ao trabalhador realizar boa parte das atividades de forma manual, assim como ocorre na colheita da cafeicultura.



Figura 4: Área de produção de café no distrito Vilelândia, município de Carmo do Rio Claro/MG.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia, entre os meses de junho e julho de 2016.

A figura 5 mostra a localização do distrito Vilelândia dentro dos limites do município de Carmo do Rio Claro. Também mostra, a extensão territorial do distrito permitindo observar as áreas onde estão localizadas as lavouras de café e as pastagens, associando estas ao aumento da declividade do relevo.



limites do distrito Vilelândia Carmo do Rio Claro/MG.
 Organizado por: Haroldo Junior Martins Cardoso e Carlos Lobo.

Figura 5: Mapa dos

A Tabela 3, apresenta a distribuição da população do município de Carmo do Rio Claro, destaca-se que o município é considerado de pequeno porte em relação ao número de habitantes e a maior parte da população vive em área urbana (70,3%). Nota-se que, em termos demográficos, a população do município pouco se alterou no período censitário analisado. De fato, a pequena parcela da população que vive no campo não é suficiente para suprir a força de trabalho necessária, durante o período de maior demanda, que corresponde à colheita do café.

Tabela 3: Número e percentual da população residente, rural e urbana, no município de Carmo do Rio Claro/MG em 2000 e 2010.

População residente	2000		2010	
	Nº	%	Nº	%
Rural	6.412	32,5	6.064	29,7
Urbana	13.320	67,5	14.362	70,3
Total	19.732	100	20.426	100

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Durante o trabalho de campo constatou-se, através de visita ao Posto de Saúde da Família (PSF), que em termos populacionais, hodiernamente, o distrito de Vilelândia possui 2.014 pessoas distribuídas em 406 famílias. Apesar do distrito apresentar uma sede e a mesma ser considerada urbana, toda a dinâmica, cultura e as atividades econômicas são eminentemente rurais. A maioria destas pessoas vive da agricultura, que se baseia na produção familiar com o predomínio da monocultura do café ocupando, sobretudo, as encostas íngremes. Nas áreas mais planas, a produção agrícola divide-se entre a pastagem, a produção de milho para silagem ou grão e também algumas lavouras de café. A localização da cafeicultura nas maiores altitudes do relevo está associada à restrição do cultivo nas baixadas pela recorrência de geadas.

A tipificação de uma propriedade agrícola como agricultura familiar é estabelecida de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). A lei define como agricultura familiar estabelecimentos com áreas de até quatro módulos fiscais consideradas como pequena propriedade, conforme os critérios estabelecidos pelo INCRA.

Além do aspecto relacionado ao tamanho da propriedade, a propriedade deve utilizar da mão de obra familiar, a renda deve predominantemente estar ligada as atividades

exercidas na propriedade e o estabelecimento ser gerido pela família, caracterizando o modelo de agricultura familiar (BRASIL, 2006).

A classificação do tamanho das propriedades de acordo com o módulo fiscal foi estabelecida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Brasil, 2016). De acordo com o Censo Agropecuário (2006) o módulo fiscal é definido como:

[...]é uma unidade de medida usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada[...]

Dados da Tabela 4 permitem observar que no município de Carmo do Rio Claro as propriedades que possuem de 25 até 104 hectares são consideradas pequenas propriedades. Das 1.108 propriedades agrícolas do município, 212 são consideradas pequenas propriedades, o que corresponde a 19% do total de unidades agrícolas do município. Em termos de área, as pequenas propriedades ocupam aproximadamente um quarto da área total (26%) destinada à produção agrícola. Ao observar os dados das Tabelas 2 e 3, nota-se que o IBGE considera como unidade familiar os minifúndios, caracterizando as pequenas propriedades como agricultura não familiar. Isto indica que no município as pequenas propriedades não se enquadram como agricultura familiar, possivelmente, por questões relacionadas à utilização de mão de obra e a aquisição de renda de outras fontes.

A agricultura familiar, portanto, predomina tanto no distrito Vilelândia quanto no município de Carmo do Rio Claro. De acordo com a Tabela 4, mais de 70% das propriedades agrícolas são caracterizadas como agricultura familiar. Embora seja maior número, as unidades de agricultura familiar ocupam apenas 32% da área disponível para a produção agrícola no município. Fato que também reflete sobre o valor produzido pela agricultura familiar, que correspondem a 25% do que foi produzido pela agricultura do município.

Tabela 4: Tipos de propriedade agrícola de Carmo do Rio Claro/MG de acordo com o módulo fiscal em 2006.

Tipo de propriedade	Módulos fiscais	Unidades	%	Área (ha)	%
Minifúndio (até 25 ha)	De 0 a menos de 1	794	71,6	6.752	16,5
Pequena (25 até 104 ha)	De 1 a menos de 4	212	19,1	10.871	26,5
Média (105 até 390 ha)	De 4 a menos de 15	80	7,2	15.273	38,3
Grande (391 e mais ha)	De 15 a mais de 100	15	1,4	8.155	19,86
	Produtor sem área	7	0,6	-	-
	Total	1.108	100	41.051	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

A Tabela 5 apresenta a distinção de elementos característicos da agricultura familiar e não familiar no município de Carmo do Rio Claro. A agricultura familiar corresponde a maior parte dos estabelecimentos agropecuários no município, totalizando 71,6%. Em contra partida, ocupa apenas 32,7% da área agrícola, da mesma forma que o modelo da agricultura familiar partilha de apenas um quarto (25,5%) do valor da produção. Destaca-se também, os investimentos destinados à atividade familiar, que corresponde a apenas a 21,8% dos recursos financeiros distribuídos no município. Portanto, os investimentos absorvidos pela agricultura não familiar, favorecendo a grande propriedade.

Tabela 5: Número de estabelecimentos, área, valor da produção e financiamentos da agricultura familiar e não familiar em Carmo do Rio Claro/MG em 2006.

Atividade	Unid.	%	Área (ha)	%	Valor da produção (mil reais)	%	Financiamento (mil reais)	%
Familiar	793	71,6	13.429	32,7	19.500	25,5	2.206	21,8
Não familiar	315	28,4	27.621	67,3	56.894	74,5	7.898	78,2
Total	1.108	100	41.050	100	76.394	100	10.104	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Embora existam discrepâncias significativas entre as modalidades de produção agrícola, a cafeicultura em conjunto com as cooperativas são responsáveis por garantir a inserção dos produtores familiares no complexo agroindustrial do café. Estas informações demonstram a discrepância entre as formas de produção agrícola, assumindo um modelo produtivo favorável à agricultura não familiar, conseqüentemente à grande propriedade agrícola.

A Tabela 6, com base nos dados do Censo Agropecuário (2006), demonstra que, o município de Carmo do Rio Claro é o quarto maior município do estado de Minas Gerais, em número de produtores de café arábica, totalizando 726 estabelecimentos. Destes estabelecimentos, 82,5% utilizam agrotóxicos no cultivo de café.

Tabela 6: Municípios com elevado número de estabelecimentos produtores de café arábica, por utilização de agrotóxico, com indicação das respectivas Mesorregiões de Minas Gerais em 2006.

Municípios	Estabelecimentos produtores de café arábica			
	Total	Utilização de Agrotóxicos		Mesorregiões de Minas Gerais
		Nº	%	
Campos Gerais	1.693	1.365	80,6	Sul/Sudoeste
Cabo Verde	1.275	1.025	80,4	Sul/Sudoeste
Patrocínio	943	787	83,5	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Carmo do Rio Claro	726	602	82,5	Sul/Sudoeste
Illicínea	637	576	90,4	Sul/Sudoeste
Coqueiral	655	571	87,2	Sul/Sudoeste
Ibiraci	634	553	87,2	Sul/Sudoeste
Monte Santo de Minas	661	544	82,3	Sul/Sudoeste
Itamogi	612	536	87,6	Sul/Sudoeste
Alpinópolis	503	447	88,9	Sul/Sudoeste

Fonte: IBGE, 2016, p. 81.

Os dados apresentados neste tópico em conjunto com o processo de formação histórica do município inserido no contexto do desenvolvimento regional do Sul de Minas, enaltece o processo de cristalização do complexo agroindustrial do café. Com base na descrição histórica-estrutural, entende-se que, a cafeicultura constitui a principal atividade econômica da região, praticada nos moldes da agricultura familiar e com forte vínculo ao uso de produtos divulgados a partir da Revolução Verde.

Elementos de ordem estrutural, ligados aos aspectos relacionados ao contexto da agricultura familiar imersa no complexo agroindustrial do café dificultam a manutenção do pequeno produtor familiar na cafeicultura. Uma vez que, estes encontram-se marginalizados em relação ao complexo agroindustrial, pela interdependência da produção familiar em relação ao capital financeiro e ao uso constante de insumos industriais, embora sejam em menor quantidade os estabelecimentos familiares. Associa-se a estes elementos, a ausência de mão de obra no campo na região, a elevada produtividade da cafeicultura, a dificuldade de mecanizações pelas condições do relevo e as práticas convencionais de produção. Aspectos que atestam a necessidade de adquirir mão de obra barata na colheita do café, a fim de viabilizar a continuidade do produtor na atividade. Dessa forma, a demanda por força de trabalho na cafeicultura atrai trabalhadores ociosos, que na busca por trabalho e renda embarcam na jornada da mobilidade.

3. A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Como foi abordado nos tópicos anteriores o processo de formação do território brasileiro é marcado por inúmeros deslocamentos populacionais, ocupando e explorando novos e velhos espaços. A dinâmica dos deslocamentos ocorre por inúmeros fatores, sobretudo políticos, econômicos e ideológicos. Desde a colonização, o Brasil presenciou diversos ciclos produtivos desenvolvidos nos diferentes espaços de seu território, a cada ciclo, surgiam novas demandas por mão de obra, que deslocavam contingentes populacionais tanto internos quanto externos. Bassanezi (1995) exalta que, até 1850, o suprimento dessa demanda era realizado através do tráfico de escravos. Com o fim do tráfico intensificaram-se as transferências interprovinciais (migrações internas) de escravos cativos provenientes do Nordeste para as províncias do Sudeste, como sugere Matos (1992). Com o fim da escravidão em 1888, surgiram novas demandas por mão de obra, sobretudo pela importância do setor cafeeiro no país, a partir de então, intensificam as migrações externas, sobretudo de europeus.

Até as duas primeiras décadas do século XX um grande fluxo migratório internacional se dispersou por várias regiões brasileiras, ocupando funções tanto no campo quanto na cidade. Com a crise da cafeeira, em 1929, e a imposição de medidas restritivas a emigração dos países europeus, os fluxos internacionais perdem volumes significativos, conseqüentemente intensificaram-se os fluxos internos, sobretudo das áreas emigratórias tradicionais, principalmente o Nordeste e o Norte Minas e o Vale do Jequitinhonha (MATOS, 1992).

No contexto nacional, as migrações internas se tornam significativas a partir da década de 1930 e ganha expressividade a partir das décadas de 1940 e 1950, com a intensificação do projeto de industrialização do país, que resultou na aceleração da urbanização, e concomitantemente houve uma explosão nos fluxos de deslocamento no sentido rural-urbano, denominado de êxodo rural (LOPES e PATARRA, 1974; MATOS, 1992).

A década de 1970 marca um período de estagnação na econômica do país que produziu um grande contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados. Nesse período, o Estado permaneceu exercendo o seu papel de agente ideológico capaz criar mecanismos de direcionamento dos fluxos de deslocamentos populacionais, sobretudo ao criar políticas de desenvolvimento que não atingiu o território nacional de maneira

homogênea, ressaltando as heterogeneidades presentes nos contextos regionais. Durante este período os fluxos de retorno intensificam-se, pela falta de postos de trabalho nas áreas industriais. (LOPES e PATARRA, 1974).

Na década de 1990, com a intensificação do processo de globalização identifica-se um novo padrão nos fluxos de deslocamentos, caracterizado pela migração de retorno e pelos deslocamentos temporárias e/ou sazonais. Estas últimas se territorializam principalmente no campo, onde a modernização tecnológica produziu alterações significativas na organização espacial. O formato da inserção desigual da modernização capitalista no espaço agrário brasileiro enfatizou as desigualdades regionais e propiciou a constituição dos centros de atração e repulsão de força de trabalho, que perpetuam até os dias atuais. Como exemplo, a região Nordeste e o Norte de Minas fornecendo um exército de mão de obra para atender as necessidades capitalistas (PÓVOA, 1999; BECKER, 1997). Embora as perdas populacionais destas regiões tenham ocorrido, sobretudo no século XX, ainda hoje os deslocamentos populacionais para o Centro-sul permanecem majoritários. O tópico seguinte se debruça sobre as imbricações conceituais migração e mobilidade, na busca por uma definição de mobilidade sazonal.

3.1 - As teorias da migração: as perspectivas teórico-metodológicas

Os estudos populacionais estiveram presentes na Geografia, desde a sua constituição enquanto disciplina científica, e resultou no desenvolvimento da disciplina de Geografia da População, responsável pela compreensão do comportamento demográfico da diversidade populacional e suas relações em seus espaços e no tempo. De acordo com Porto (2014, p. 39) esse campo disciplinar da Geografia não está encarregado apenas de quantificar o tamanho dos grupos populacionais, nas diferentes escalas de análise. O autor ainda ressalta que é importante considerar as "variáveis geográficas, econômicas e culturais no processo de transformação do espaço e, assim sendo, a migração se apresenta como um elemento dinamizador na organização de espacialidades".

Até a década de 1970, os estudos da Geografia da População eram regidos pela abordagem teórica e metodológica neoclássica. Nessa perspectiva a dimensão econômica foi determinante na análise dos deslocamentos, tendo como pressuposto a liberdade do indivíduo para se deslocar sobre o espaço, considerando a decisão do deslocamento como uma escolha do próprio sujeito. Os deslocamentos eram vistos como elementos de equilíbrio econômico,

sobretudo nos países subdesenvolvidos, e essenciais para o processo de industrialização e modernização dos setores da economia.

A metodologia presente na abordagem neoclássica era composta, em síntese, por uma análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno, enfocando a causalidade, individual e pontual, além de considerar, as características individuais dos trabalhadores migrantes (BECKER, 1997; PÓVOA NETO, 1999; PORTO, 2014). Póvoa Neto (1999, p. 49) ressalta a definição de migrante, segundo tal perspectiva, apenas como um portador de trabalho e o "espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como "equilibrado" ou "desequilibrado", conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado "ótimo".

Dentre os precursores do pensamento neoclássico sobre os deslocamentos populacionais, destacam-se alguns autores, provenientes de uma formação econômica clássica, que buscavam estabelecer leis gerais aplicadas na dimensão da mobilidade da população. As principais questões norteadoras destes estudos estavam ligadas à relação entre população vs. recursos, incorporando o pessimismo malthusiano aos estudos populacionais, muitas vezes relacionados à problemática ambiental. Cabe destacar o trabalho do demógrafo Ernst Georg Ravenstein (1885), ao publicar o artigo *The Laws of Migration*, que buscou mapear a dinâmica dos deslocamentos populacionais no contexto do Reino Unido durante o século XIX, bem como, estabelecer leis gerais sobre os estudos migratórios.

Em sua análise Ravenstein (1885) identificou "condados de atração", onde o aumento populacional superava o crescimento vegetativo e serviu como um indicativo para análise dos deslocamentos populacionais. Esses "condados de atração" eram representados por áreas industriais e comerciais, o que possibilitou a identificação de "condados de repulsão", possivelmente representados por áreas agrícolas, com significativa perda populacional. (BECKER, 1997; PORTO, 2014).

Até a década de 1970, as prerrogativas do pensamento neoclássico que predominavam nos estudos sobre a mobilidade populacional e consideravam a mobilidade como uma decisão individual, buscando identificar os "fatores de atração-repulsão" (push-pull factors), enfatizando às características pessoais dos migrantes, tendo como categoria de análise o próprio indivíduo. Em muitos estudos a mobilidade era considerada como fator de equilíbrio nas trocas entre os espaços, principalmente sobre a dinâmica economia.

Após mais de meio século, sem formulações capazes de serem generalizadas, o demógrafo americano, Lee (1966) retoma as discussões sobre os movimentos de população,

reformulando as leis propostas por Ravenstein (1885) dedicando-se principalmente na compreensão dos fatores que produzem a migração, a partir dos aspectos presentes no local de origem e no local de destino. “Sua proposição envolvia um conjunto de fatores negativos e positivos nas áreas de origem e destino dos migrantes, um conjunto de obstáculos intervenientes e uma série de fatores pessoais” (BECKER, 1997, p. 327).

Zelinsky (1971) baseou-se nas leis de Ravenstein (1885) e na reelaboração destas leis feita por Lee (1966). Zelinsky (1971) formulou hipóteses que fundamentavam a transição da migração para a mobilidade e foi um dos primeiros autores a tratar dos deslocamentos com temporalidades menos duradouras, distinguindo as migrações das mobilidades, pela circulação de pessoas. A hipótese central associava a teoria da transição demográfica, onde os diferentes períodos da modernização dos meios de produção incidiram sobre as taxas de natalidade e mortalidade. Comparando os mesmos períodos históricos da modernização, refletindo sobre as mudanças na comunicação propiciada principalmente pelo telefone, presenciando o surgimento da modalidade do teletrabalho.

Baseado neste cenário de rápida modernização, Zelinsky (1971) emprega um modelo teórico a partir de oito hipóteses, que interagem em diferentes aspectos, principalmente os desdobramentos pela difusão histórica da modernização nas dimensões espaço-tempo. Essa difusão da inovação ocorre no sentido centro-periferia. As mudanças na forma e na intensidade da mobilidade social e na circulação da informação pode exercer sobre os migrantes em potencial, a opção por alterar o seu lugar no espaço social explorando fluxos superiores de informação, ao invés de empregar uma mobilidade territorial (ZELINSKY, p. 221-222). De acordo com as hipóteses de Zelinsky (1971), em determinando momento a circulação seria considerada uma etapa que daria lugar a uma mudança permanente, ou seja, o indivíduo se fixaria em um ponto no espaço.

Embora Zelinsky (1971) tenha realizado todo esforço teórico, não é possível afirmar que haveria etapas de transição da mobilidade, motivada por estágios de desenvolvimento, os quais necessitam de maior detalhamento sobre as transformações em cada estágio. Muito menos dizer, que a circulação das pessoas seria substituída por movimentos mais duradouros tendendo à permanência. (OLIVEIRA, 2014).

Hodiernamente, sabe-se que a modernidade é expressa por uma explosão tecnológica, que possibilita uma acessibilidade, conectividade e interatividade entre os lugares (BRAGA, 2011, p. 17). Tanto os fluxos de migrações quanto de mobilidade são igualmente expressivos em termos quantitativos. Entretanto, poucos dados são produzidos sobre as

mobilidades (considerando as várias tipologias de movimento temporário), por serem deslocamentos que não atravessam as fronteiras censitárias. Destarte, há uma limitação operacional dos Censos em captar o fenômeno da mobilidade sazonal (PÓVOA NETO, 1999).

As críticas a esta perspectiva se dão em função da exclusão de fatores inerentes ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista que favorece o movimento de pessoas. Uma vez, que os neoclássicos analisavam a migração com base nas concepções deterministas, reduzindo o fenômeno, a identificação dos fluxos e sua quantificação, considerava-se o migrante como elemento capaz de equilibrar o espaço e de escolher pela mobilidade ou permanência (BECKER, 1997; PÓVOA NETO, 1999; PORTO, 2014).

A perspectiva estruturalista relaciona a migração, sobretudo aos fatores de ordem econômica, avaliando a migração como um processo determinado pelo capitalismo. Essa perspectiva considera a migração como um processo determinado por fatores pretéritos, que produzem estruturas sociais condicionadas e favoráveis à migração, através da análise dialética dos fatores histórico-estruturais. Dentre os precursores dessa vertente destacam-se as contribuições de Singer (1973), pela incorporação do materialismo histórico dialético nas análises da migração em países em desenvolvimento, sobretudo na América latina. Singer enfatiza a incorporação do sistema capitalista aos modos de produção agrícola, bem como, as desigualdades produzidas nesse processo de transformação do espaço, expressa na escala regional. Singer (1973, p. 39) definiu “fatores de mudança” e os “fatores de atração” para explicar a influência na constituição de espaços de atração e expulsão de mão de obra.

[...]A utilidade dos conceitos de fatores de mudança e de estagnação está em mostrar que os efeitos propulsores tendem efetivamente a criar novos pólos de expansão que acarretam, não obstante, uma intensificação, ao limitar a expansão da demanda por força de trabalho, dão lugar também a migrações, mas do tipo distinto, por razões e com conseqüências completamente diferentes.

Ainda seguindo a perspectiva estruturalista, Peek e Standing (1979), relacionou à migração a transição da produção agrícola não capitalista para a capitalista, nos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Já Gaudemar (1977), partiu do enfoque neomarxista, para explicar que a mobilidade acompanha os movimentos do capital. Assim, a mobilidade seria uma decisão forçada, divergindo da visão neoclássica, em que o migrante tomava a própria decisão de migrar, tornando-se força de trabalho sujeita ao capitalismo como mercadoria com valor de trabalho agregado (BECKER, 1997). No geral, as críticas a este enfoque estão associadas a pouca atenção aos fatores que motivam o sujeito a mudar de residência (RIGOTTI, 1994).

Não se trata apenas de mencionar a quantidade de homens que vivem em determinado lugar, região ou território e suas principais características. Trata-se também de fazê-lo considerando variáveis geográficas, econômicas, sociais e culturais no processo de transformação do espaço e, assim sendo, o movimento de populações se apresenta como um elemento dinamizador na organização de espacialidades. “A distribuição espacial da população envolve direta e indiretamente todos os processos que animam a vida social e promovem interações espaciais na várias escalas” (MARANDOLA, 2011, p. 96). Portanto, não é possível dizer que uma vertente é melhor do que a outra. Ambas possibilitam alcançar os objetivos pretendidos, por constituírem perspectivas analíticas diferentes.

3.2 - As migrações e deslocamentos espaciais da população: algumas definições

A dinâmica demográfica abre caminhos para compreender a complexidade dos estudos que envolvem o componente populacional e os processos do fenômeno no tempo. Existem três grandes componentes das dinâmicas demográficas que interagem no tempo, os dois primeiros envolvem os mais vitais da população, de certa forma determinado pelo tempo de vida e morte, distinguindo a mortalidade de natalidade de uma população. O terceiro componente da dinâmica demográfica corresponde de modo simplificado, aos deslocamentos populacionais comumente denominados de migrações. Cunha (2011) aponta que as migrações, modificam a estrutura, o tamanho e a distribuição espacial da população, dessa forma, pode-se observar o fenômeno das migrações como um fenômeno demográfico, bem como, enquanto um processo social. Pelo viés demográfico o interesse recai sobre a forma como as migrações modificam a estrutura da população ao longo do tempo. Ao passo que, pelo viés social o interesse está nas características e na dinâmica socioespacial, decorrente dos processos de deslocamento.

Os deslocamentos populacionais são, de maneira genérica, movimentos realizados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos no espaço e num período pontual no tempo. A dimensão espaço-temporal é responsável pela caracterização do movimento espacial da população. O espaço é representado pelas categorias de lugar de origem e destino, ou seja, o deslocamento é definido pelo movimento que pode ser realizado entre duas ou mais localidades. O tempo é explicitado na forma do tempo cronológico em dias, meses ou anos. As dimensões espaciais e temporais sustentam tipificações sobre os deslocamentos populacionais, que não podem ser amplamente reduzidos ao termo migração, devido à

complexidade de fatores, processos e dinâmicas implícitos ao fenômeno dos deslocamentos populacionais.

Os deslocamentos também podem ser classificados como internos ou externos, inter-regionais ou inter-regionais, intraestadual ou interestadual, intermunicipal, rural-urbano, urbano-rural, urbano-urbano e rural-rural. As denominações apresentadas referem-se às categorias enumeradas pela dimensão espacial, espaços de origem e destino.

As denominações dos deslocamentos como definitivos ou temporários faz referência ao tempo de duração do deslocamento. Dentro do contexto dos movimentos de populações as dimensões espaço e tempo são preponderantes para caracterizar o tipo de deslocamento que está em contexto. Alguns exemplos da influência das dimensões espaço-tempo são as definições de *Migração de Data-Fixa* e *Migração da Década*. A dimensão temporal da primeira tem por objetivo localizar os declarantes que se deslocaram entre municípios, Unidades da Federal ou países, até uma determinada data, com um período de cinco anos antes do Censo. A dimensão temporal da segunda, diz respeito ao deslocamento, numa determinada data, num período de dez anos antes do Censo (BRAGA, 2011). A causa do deslocamento pode ter gênese variada como: trabalho, viagens, compras, guerra, fome, desastres naturais e ambientais, entre outras causas que provocam o movimento de pessoas.

Diante da complexidade de tipologias a respeito dos deslocamentos populacionais é preciso distinguir o tipo de movimento que está sendo abordado, diferenciando-os conceitualmente. Para clarear o universo conceitual a respeito dos deslocamentos populacionais propõem-se uma reflexão teórica sobre os principais conceitos elaborados e (re)elaborados com diferentes perspectivas disciplinares e teóricas. Por se tratar um tema discutido em vários campos científicos como a Sociologia, Antropologia, Economia, Demografia, História e a Geografia, as quais se empenham em identificar, analisar e medir a dinâmica dos deslocamentos populacionais, fundamentadas por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Cada ciência incorpora uma forma diferente de observar os deslocamentos populacionais, produzindo diferentes conteúdos sobre o mesmo objeto de estudo, “o diálogo entre disciplinas, saberes e práticas do mundo pressupõe o trânsito dos sujeitos do conhecimento entre disciplinas, mas, também, entre lugares que se põem para além da ciência”. (HISSA, 2011, p. 102). Os limites disciplinares favorecem a complexidade e a diversidade de conceitos a respeito dos deslocamentos populacionais, como salienta Silva (2007, p. 57-58).

A vasta gama de definições conceituais sobre os deslocamentos populacionais [...] exige do pesquisador a adoção de uma postura teórica-metodológica, capaz de compreender a migração como um processo social, e os migrantes como agente deste processo.

Dessa forma, a definição de deslocamento populacional envolve um “conjunto de relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas, produzidas nos espaços de origem e destino dos migrantes” (SILVA, 1999, p. 59). Essa variedade de dimensões estabelecidas com base na circulação de pessoas implica na necessidade de observar a posição do sujeito diante do objeto em estudo. Por isso, antes de definir os conceitos relacionados às tipificações dos deslocamentos é importante investigar as seguintes questões: O que define um indivíduo como migrante? Qual a diferença de migrante para não-migrante?

O *Manual VI das Organização das Nações Unidas -ONU-* (1980, p. 02, tradução nossa) sobre os deslocamentos internos de populações define o migrante como: “pessoa que mudou do seu lugar habitual de residência de uma área de definição de migração para outro (ou que se deslocou numa distância mínima específica) pelo menos uma vez durante o intervalo de migração”¹⁰. Esta definição de migrante considera como ponto de partida a mudança de residência, seja ela temporária ou permanente, assim como reforça Becker (1997, p. 342):

[...] De acordo com o Censo Demográfico Brasileiro são considerados migrantes todos os indivíduos que apresentarem pelo menos uma mudança de local de residência, seja de um município para outro (migrante intermunicipal), seja entre diferentes categorias de domicílio dentro dos limites do mesmo município (migrante intramunicipal).

Braga (2011, p. 7) justifica a definição de migrante a partir da perspectiva da mudança definitiva de residência adotada pelo Censo, por um carácter na dimensão técnica e normativa do levantamento dos dados, permitindo excluir da categoria migrante as outras tipologias de mobilidade. Matos (2011a, p.130) define o migrante da década como indivíduo que realizou “um movimento entre dois municípios no intervalo de dois censos, ou o que fez diversas mudanças de domicílio ao longo da sua vida”.

Outra distinção conceitual importante nos estudos de população são as definições de “imigrante” e “emigrante”. A confusão em relação a estes termos está no equívoco de utilizar estas definições apenas para definir o migrante estrangeiro. O termo “emigrante” serve para definir aquele que sai do seu lugar de origem, já o termo “imigrante”

¹⁰ [...] person who has changed his usual place of residence from one migration-defining area to another (or who moved some specified minimum distance) at least once during the migration interval”.

define o indivíduo que chega ao seu lugar de destino, independentemente do tipo de migração em questão. O que está sendo definido é a posição do indivíduo no espaço, em relação ao movimento de saída e chegada (MATOS, 2011a; CUNHA, 2011).

A ideia de deslocamento espacial de populações pode ser tipificada de diversas formas, porém a mobilidade e a migração representam os mais gerais de deslocamento, emanando a necessidade de definições mais substanciais. Embora os sujeitos envolvidos na mobilidade sazonal realizem mudança de residência, ela não se concretiza como será apresentado no capítulo 4. Fato este que aproxima ainda mais a mobilidade dos deslocamentos pendulares, justificando a escolha conceitual de trabalhadores sazonais, não de migrantes.

3.3 - Migração ou Mobilidade: similaridades e diferenças conceituais

Distinguir mobilidade e migração não é uma tarefa fácil, a complexidade da tarefa perpassa, primeiramente, pela seara de conceitos e tipologias presentes na literatura, seguida pela fluidez das fronteiras destes conceitos. Barbieri (2007) crítica a fragilidade dos conceitos em questão, que às vezes se distanciam ao mesmo tempo em que se aproximam. "Estudos sobre a mobilidade populacional também refletem a carência de uma definição clara do significado da *migração* (como uma mudança permanente de residência) *vis-à-vis* outras formas de *mobilidade temporária*" (BARBIERI, 2007, p. 228).

Hogan (2005, p. 326) afirma que o termo mobilidade envolve fatores para além da mudança permanente ou temporária de residência. "O termo *mobilidade* é usado como um conceito mais amplo que *migração*, já que considera que uma parte crescente dos movimentos de população com impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais".

A noção do termo migração como mudança permanente de residência num período temporal definido, está pautada ao uso do termo nos Censos Demográficos, que permite determinar alguns fatores associado à migração, como a "origem" e "destino", o tempo de residência e o retorno das migrações (LOBO, 2009). De acordo com o *Manual VI da Organização das Nações Unidas* (1980, p. 02, tradução nossa), "migração é definida como um movimento de uma área de destino da migração para outra (ou um movimento de alguma

distância mínima) que foi realizado durante um intervalo migratório e que envolve a mudança de residência¹¹”.

Alguns autores questionam essa definição normatizada pela mudança permanente de residência. Primeiramente, porque, se a migração for observada como um fenômeno estritamente demográfico, sua função é oferecer, a partir de um recorte espacial e temporal, um panorama a respeito dos acréscimos (imigrantes) e decréscimos (emigrantes) sobre o tamanho da população, a partir dos dados coletados sobre os movimentos de pessoas (CUNHA, 2011). Em seguida, porque é difícil distinguir um deslocamento permanente de um temporário, sem considerar as implicações socioespaciais e a subjetividade do indivíduo em relação às mudanças no seu “espaço de vida” (MENEZES, 2012; CUNHA, 2011).

Cunha (2011) expõe a fragilidade da concepção de migração diante da concepção da mudança de residência e exemplifica que as migrações intrametropolitanas não envolvem efetivamente a mudança no local de residência, entretanto, afetam o tamanho da população. O período de tempo deste deslocamento pode corresponder a uma jornada diária de trabalho, definida como mobilidade pendular. Essa tipologia está atrelada à circulação de ida e volta para o trabalho, principalmente nas regiões metropolitanas, trata-se, portanto, de um circuito distinto da migração, pois a “[...]migração envolve a mudança de residência e os movimentos pendulares têm como principal característica os deslocamentos entre diferentes municípios de residência e de trabalho” (ANTICO, 2004, p. 05).

A mobilidade pendular é possível graças ao desenvolvimento do sistema de transporte público, mesmo incipiente é responsável pelas idas e vindas diárias de milhares de trabalhadores. Branco *et. al* (2005, p. 05) caracterizam a mobilidade pendular como um “deslocamento entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica”, não somente para o trabalho, como também para compras e lazer. A mobilidade espacial compõe a “distribuição espacial da população, em seus múltiplos aspectos, cujas modalidades estão relacionadas entre si, a partir das migrações internas, da mobilidade residencial, da mobilidade cotidiana e ao espaço de vida” (ERVATTI e JARDIM, 2006, p. 02).

Cunha (2011, p. 11) enaltece a mobilidade pendular como um dos fenômenos mais estudados na atualidade, embora esse fenômeno tenha pouca expressão demográfica (no sentido de alterar o tamanho da população), o indivíduo muda temporariamente de lugar, mas não perde os vínculos com seu território. Destarte, a mobilidade pendular estaria para além do

² “[...]migration is defined as a move from one migration-defining area to another (or a move of some specified minimum distance) that was made during a given migration interval and that involved a change of residence[...]”.

deslocamento de casa para o trabalho, correspondendo à mobilidade do “espaço de vida” (MARANDOLA, 2011).

Pela forma como os conceitos de mobilidade e migração se contrastam, a mobilidade pendular se assemelha muito a migração circular descrita por Tilly (1986, p. 6, tradução nossa), assim a “migração circular consiste da criação de um circuito regular em que os migrantes mantêm as suas afirmações e contatos com uma base rotineira de retorno a essa instalação, após um período de atividade em outras partes do circuito”¹².

Zelinsky (1971, p. 226, tradução nossa) também descreve a circulação como características dos movimentos temporários e/ ou sazonais. “Circulação denota uma grande variedade de movimentos geralmente de curto prazo repetitiva ou cíclica por natureza, mas todas tendo em comum à falta de qualquer intenção declarada de uma mudança permanente ou de longa duração em residência¹³”. Essa definição de circulação proposta por Zelinsky (1971) diferencia a gama de movimentos de temporários das migrações, por captar a dimensão essencial da mobilidade espacial, delimitando o aspecto da temporalidade do movimento. Skeldon (1990) tece críticas às ideias de Zelinsky, propondo reflexões que consideram a dinâmica do processo de circulação para o trabalho.

[...] O processo de circulação do trabalho assalariado deve referir-se a muitos fatores macro inter-relacionados - a desigualdade de terras, empobrecimento, o desenraizamento, o êxodo rural, as condições de manutenção de pobreza tanto rural e urbana, desarticulação de ligações entre vila e cidade, desorganização espacial-econômico, a polarização urbana de recursos, o personagem parasitária de áreas urbanas e, possivelmente, muitos mais. Coletivamente estes podem ser chamados o funcionamento de uma síndrome da pobreza e mobilidade. Circulação do trabalho assalariado é apenas uma manifestação dessa síndrome (SKELDON, 1990, p. 293 apud BAENNINGER, 2011, p. 86-87, tradução nossa)¹⁴.

A problemática na abordagem de Skeldon (1990) está associada ao reducionismo descritivo empregado pelo autor. (OLIVEIRA, 2014). De acordo com Baenninger (2011, p. 87) as conceituações clássicas dos dois autores:

¹² “[...]Circular migration consists of the creation of a regular circuit in which migrants retain their claims and contacts with a home base routinely return to that base after a period of activity elsewhere in the circuit[...] (TILLY, 1986, p. 6).

¹³ Circulation denotes a great variety of movements usually short-term repetitive, or cyclical in nature, but all having in common the lack of any declared intention of a permanent or long-lasting change in residence [...] (ZELINSKY, 1971, p. 226).

¹⁴ [...]the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial-economic disorganization, urban polarization of resources, the parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome (SKELDON, 1990, p. 293).

[...] estão baseadas em um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. [...] A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização.

Baenninger (2011, p. 87) reforça os problemas presentes nas formulações clássicas, em função de uma observação voltada, sobretudo, para o destino por caracterizar as áreas de origem como menos dinâmicas, enquanto os destinos apresentam maior dinamismo produtivo, com capacidade para empregar este excedente populacional mesmo que temporária ou sazonalmente. Para Haesbaert (2011) a mobilidade é definida a partir da relação social envolvida no processo de mudança de residência e nas múltiplas possibilidades de fazê-la. Oliveira (2014) atesta que a mobilidade espacial como processo social é expressão da trajetória dos indivíduos, ou do grupo social (família e/ou comunidade), detalhada por suas características e dinâmicas decorrentes do deslocamento. O autor ressalta ainda a insuficiência de arcabouço teórico e conceitual na análise da mobilidade circular.

3.4 - Mobilidade Sazonal: um conceito central para a definição dos sujeitos da pesquisa

A mobilidade sazonal compõem uma tipologia de deslocamento populacional pode ser definida com base nas dimensões temporais e espaciais intrínsecas ao mesmo. Dito isto, é possível compreender tanto a tipologia, quanto o próprio conceito da mobilidade sazonal, através intersecção dos conceitos de migração e mobilidade pendular. Na mobilidade a intensão da mudança de residência, aparentemente, não é definitiva, como é caracterizada na migração. Embora a mudança seja temporária, não se pode desprezar a ocorrência deste fato. Definindo a dimensão espacial da mobilidade sazonal, a partir da mudança da residência entre origem e destino. Pela questão a qual envolve as dimensões espaciais e temporais na tipificação da mobilidade sazonal, opta-se, portanto, por definir os indivíduos sujeitos dessa pesquisa engajados neste processo, como trabalhadores sazonais, uma vez que, o conceito em questão está na articulação entre os conceitos de migração e mobilidade pendular.

A dimensão temporal da mobilidade sazonal está diretamente relacionada ao período da colheita das principais *commodities*, como a cana de açúcar, o algodão, a laranja e o café. A temporalidade característica de cada processo produtivo das culturas agrícolas determinam a sazonalidade dos fluxos de pessoas e a intensidade dos mesmos, dependendo do tipo de atividade agrícola e da demanda por “força de trabalho” em diferentes atividades, seja ela, para plantio, colheita ou para outros cuidados com a cultura. Corrêa (1997, p. 305)

caracteriza que o efeito da sazonalidade é intensificado em conformidade com a dependência locacional da monocultura.

Para Thomaz Junior (2007, p. 03) o modelo econômico agrário exportador adotado no Brasil subordina o camponês a seu “processo autônomo de geração de renda e de excedentes”. Dessa forma, o pequeno proprietário rural de regiões do país menos polarizadas pelo capital agroindustrial, esta sujeito a ter que se deslocar espacialmente para manter-se em seu espaço de origem.

Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 03).

As explicações de Thomaz Junior (2007) corroboram para a conceituação dos sujeitos envolvidos no processo da mobilidade sazonal. Uma vez que estes proletarizam sua força de trabalho, a partir do fenômeno da mobilidade. De modo que, podem ser definidos como trabalhadores e não como migrantes. Pois, ano após ano, o trabalhador sazonal repete o movimento alternando sua residência entre a origem e o destino.

Essa dinâmica de deslocamento anual realça a ciclicidade e a circularidade das pessoas, ritmada pelo período de maior demanda por trabalho, sobretudo nas atividades agrícolas. Considerar a mobilidade sazonal com base na mudança de residência é de grande relevância. Todavia, somente este fator não é suficiente, portanto para além da mudança de residência é preciso considerar a mudança no “espaço de vida”. Destarte, a mobilidade sazonal pode ser observada por uma perspectiva social, enfatizando as implicações do fenômeno sobre a dinâmica socioespacial.

4 – O CAFÉ E A MOBILIDADE SAZONAL NO DISTRITO DE VILELÂNDIA EM CARMO DO RIO CLARO/MG

4.1 Perfil socioeconômico trabalhadores sazonais

Como foi discutido no capítulo anterior, a mobilidade sazonal na cafeicultura consiste envolve um contingente populacional útil para suprir a demanda por mão de obra na colheita do café. O fenômeno ganha expressividade nos sujeitos envolvidos no processo, sendo, portanto, necessário compreender a realidade socioeconômica em que estão inseridos, bem como, as motivações e perspectivas a respeito da mobilidade.

Os sujeitos foram conceitualmente denominados como sazonais e estavam residindo no distrito Vilelândia. Com base nos dados coletados em campo, foi possível delimitar o perfil socioeconômico desses trabalhadores. Por haver somente uma única mulher entrevistada, optou-se por apresentar algumas das suas informações na forma de texto. A entrevistada, portanto, é casada, com idade entre 21 a 30 anos.

Para iniciar as análises, tomo como ponto de partida, a composição etária dos entrevistados, o sexo e o estado civil. Percebe-se no gráfico da figura 6 abaixo, que dos cinquenta e nove homens entrevistados, mais da metade (52%) são solteiros e com faixa etária entre 21 a 30 anos (34%), essa faixa etária também predomina entre os homens casados (19%), seguidos pelos homens casados com idade entre 31 a 40 anos (17%).

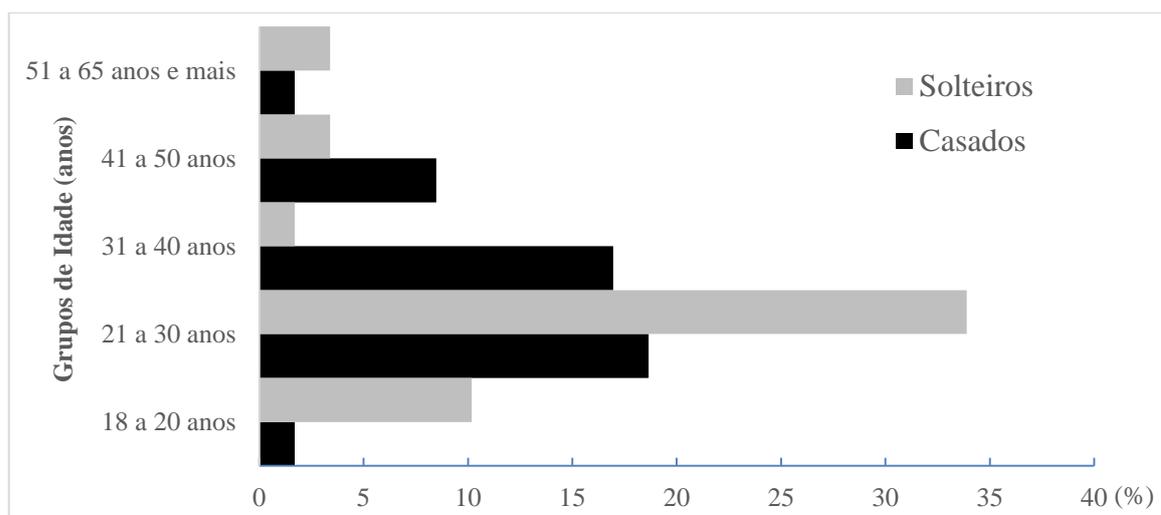


Figura 6: Grupos de idade e estado civil dos trabalhadores sazonais.
Fonte: Trabalho de campo realizado entre os meses de junho e julho de 2016.

Trata-se, como esperado e observado por Singer (1973), Woortmann (1990) Becker (2006) e Silva e Menezes (2009), de uma população de jovens e adultos homens, solteiros e casados tendo em vista as características do próprio trabalho. O que sugere o forte viés estrutural desse tipo de mobilidade – composta essencialmente por jovens em idade laboral.

O número de residentes nos domicílios utilizados, o nível de renda e a escolaridade indicam as condições de trabalho e a qualificação da mão de obra sazonal no café na região analisada. Verificou-se que em 30% dos domicílios somente uma pessoa trabalha, em mais de 60% dos domicílios duas ou mais pessoas trabalham e contribuem para a renda familiar.

A composição da família dos entrevistados, no município de origem, possibilita caracterizar quantidade de pessoas que compõem o núcleo domiciliar, bem como, o tamanho das famílias dos trabalhadores sazonais. Resulta que das entrevistas realizadas 33% afirmaram que seu domicílio é composto por quatro pessoas na origem, 23% são compostos por três pessoas e 17% por cinco pessoas. Esses dados somados mostram que 73% dos domicílios dos trabalhadores possuem entre três e cinco pessoas. Apresentam-se, portanto, como domicílios não numerosos.

A renda familiar mensal desses trabalhadores é um dado importante para a caracterização socioeconômica. A figura 7 apresenta o gráfico com os dados obtidos em campo e dos sessenta migrantes pouco mais da metade (50%) possui renda de até um salário mínimo, quarenta e cinco por cento (45%) possuem renda de um até dois salários mínimos e apenas cinco por cento (5%) recebem de dois até cinco salários mínimos. De modo que estes dados acompanham a distribuição de pobreza e renda no estado da Bahia. No ano de 2010 65,1 % da população encontra-se nas camadas mais baixas da renda, a renda per capita do estado é de 496,73 reais. No mesmo ano, no município de Santaluz/BA, 65,82 % da população encontrava-se na camada mais inferior da renda, e a renda per capita era de 260,09 reais (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2017). Destarte, pode-se exaltar que a renda constitui-se como um fator preponderante para a efetivação da mobilidade.

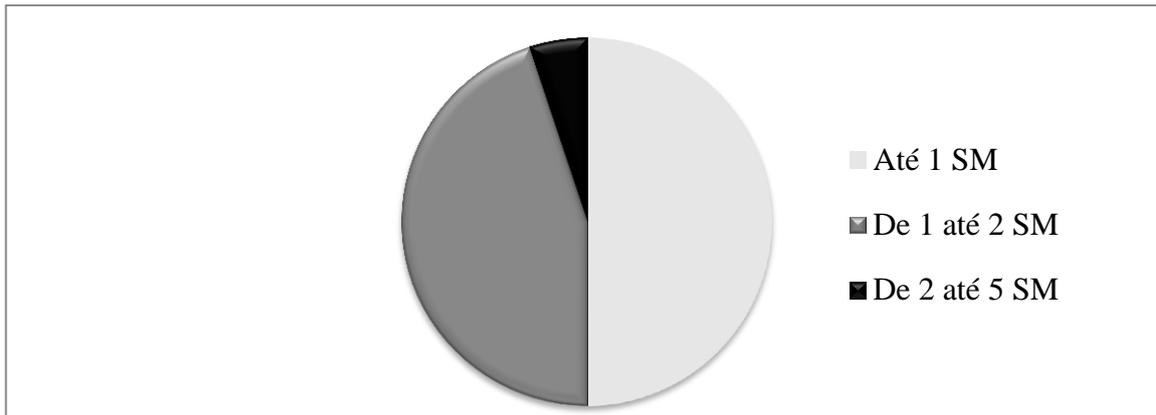


Figura 7: Renda média familiar (em Salários Mínimos) dos trabalhadores sazonais no distrito Vilelândia/Carmo do Rio Claro - MG – 2016

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia durante os meses de junho e julho de 2016.

A análise da escolaridade confirma as condições desfavoráveis desses trabalhadores (Figura 8). Mais da metade dos entrevistados (57%) possui ensino fundamental incompleto, 13% não concluíram o ensino médio e 12% são analfabetos. Estas informações permitem ressaltar os aspectos relacionais entre a baixa renda e a baixa escolaridade, presente no contexto social dos entrevistados. Elementos que realçam a necessidade de se embrenhar na mobilidade como alternativa de obtenção de renda, sobretudo para os que vivem no e do campo, como será abordado a seguir.

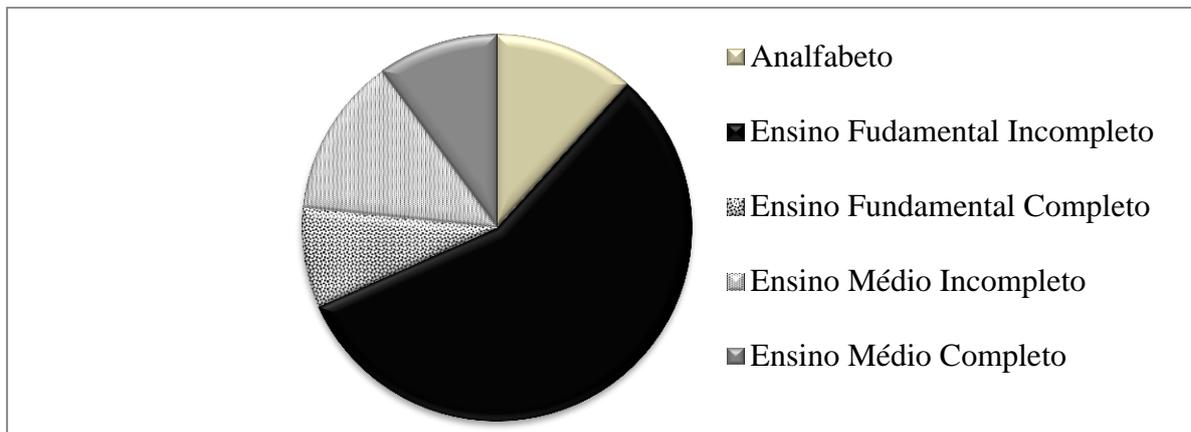


Figura 8: Gráfico sobre a escolaridade dos trabalhadores sazonais no distrito Vilelândia em Carmo do Rio Claro/MG – 2016.

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia entre os meses de junho e julho de 2016.

O lugar de residência e de trabalho dos entrevistados indica questões estruturais locais e permite visualizar aspectos referentes ao modo de vida dos sujeitos envolvidos na mobilidade. Os dados coletados durante o trabalho de campo revelam que 90% dos entrevistados residem no campo e 88% trabalham no campo. Estas informações permitem

inferir que trata-se de uma mobilidade do tipo rural-rural, ou seja, as pessoas deixam temporariamente suas unidades produtivas no campo e ou seu posto de trabalho e partem para a colheita do café. Para realçar os aspectos da mobilidade é preciso conhecer as origens destes trabalhadores e se eles já realizaram algum tipo de deslocamento (migração ou mobilidade).

O último trabalho no município de origem mostrou quais as atividades laborais eram exercidas, pelos trabalhadores antes de se dirigirem para a colheita do café. Ao observar a o gráfico da figura 9, nota-se que a principal atividade é o sisal. Conforme os relatos, o sisal corresponde a principal atividade agrícola e é praticada nos moldes da agricultura familiar. Os sujeitos entrevistados exaltaram a dificuldade de trabalhar com a cultura do sisal, pois os rendimentos são insuficientes para garantir a reprodução familiar.

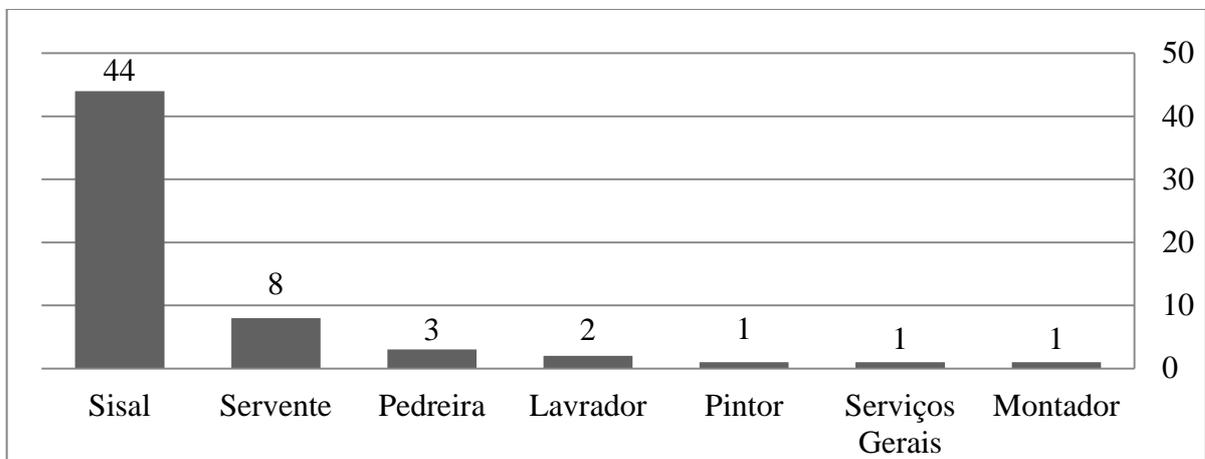


Figura 9: Último trabalho exercido pelos trabalhadores sazonais no município de origem.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia entre os meses de junho e julho de 2016.

Sobre o contexto da microrregião da Serrinha, onde está localizado o município de Santaluz/BA, a bibliografia consultada, mostra que dos 19 municípios que a compõem, 15 pertencem ao Território de Identidade do Sisal¹⁵ (Figura 10). A dependência social e econômica da microrregião em relação à produção agrícola está associada ao processo de ocupação do espaço, bem como, pela implantação da cultura do sisal, no início do século XX, dentro do contexto da mesorregião.

¹⁵ O Território do Sisal foi inserido em 2008 aos Territórios da Cidadania que corresponde a “um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania”. Os municípios que compõem os territórios possuem “características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica”.

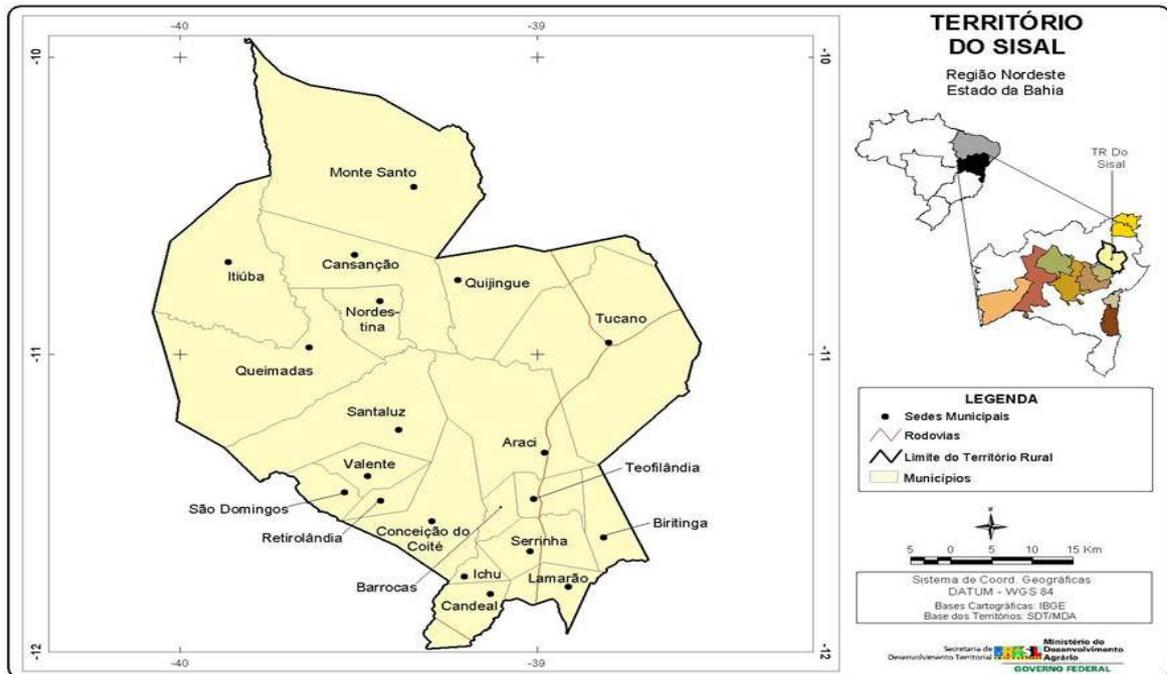


Figura 10: Mapa de localização dos municípios que compõem o Território do Sisal
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

A escassez de chuva insere a região no chamado polígono da seca, caracterizando a região do semiárido¹⁶ baiano. Souza (2015, p. 16) disserta que o semiárido concentra cerca de 58% da população pobre do país, com 82% dos municípios possuindo os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, em 2008. Fatos estes que impulsionam os deslocamentos populacionais na região.

As informações sobre os municípios onde nasceram e residem atualmente (Tabela 7), mostram a relevância do município de Santaluz/BA para a mobilidade no distrito Vilelândia/MG. Dos sessenta entrevistados, mais da metade (58%) nasceu em Santaluz/BA e quase a mesma proporção (60%) reside nesse município. Destaca-se que, dos quatro municípios de origem captados, três municípios são da microrregião da Serrinha/BA. O município de Santaluz/BA está localizado a aproximadamente 1.800 quilômetros do distrito Vilelândia/MG. Segundo os próprios trabalhadores sazonais, o trajeto entre o domicílio e o local de trabalho é feito de ônibus ou “van” e tem duração de pouco mais de um dia.

¹⁶ Em nota Souza (2015, p. 16) explicita que a caracterização das áreas do semiárido é realizada pelo Ministério da Integração Nacional seguindo os seguintes critérios: “precipitação pluviométrica média inferior a 800 milímetros; o índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração (período entre 1961 e 1990), e; o risco de seca maior que 60% (ano base 1970 e 1990).”

Tabela 7 – Município de nascimento e de residência dos entrevistados no distrito Vilelândia/Carmo do Rio Claro -MG.

Município	Residência	
	Nº	%
Araci/BA	21	35
Santaluz/BA	36	60
Valente/BA	2	3
Itacamrambi/MG	1	2
TOTAL	60	100

Fonte: Trabalho de campo realizado entre os meses de junho e julho de 2016.

Desta forma, parece razoável concluir que os trabalhadores não realizaram, até o momento, uma mudança de residência mais duradoura. Aqueles que mudaram permaneceram próximo do município de nascimento. Porém, ao serem perguntados se já se mudaram para trabalhar em outra atividade, 62% dos entrevistados responderam que já mudaram para trabalhar em outras atividades. Alguns entrevistados afirmaram que depois de retornarem da colheita do café, iriam para o município de Euclides da Cunha/BA para colher feijão. Contudo, a maioria dos trabalhadores não migra de fato, mas se mantém como força de trabalho móvel, deslocando-se para às áreas onde há necessidade de força de trabalho, principalmente no rural. Contribuindo para a escolha conceitual de trabalhadores sazonais, apresentados no item 3.3, pois os sujeitos envolvidos no fenômeno da mobilidade têm como principal objetivo a obtenção de trabalho, e não de migrar de fato.

Durante as entrevistas foi perguntado aos trabalhadores se eles tinham conhecimento de como que se deu a conexão entre as localidades, sobretudo entre Santaluz/BA e o distrito Vilelândia/MG. A conclusão foi de que, no início dos anos 2000, um jovem residente na zona rural de Santaluz mudou-se para o município de Passos/MG, com o intuito de estudar no seminário. Um dos padres que trabalhava no seminário, na época, era do distrito Vilelândia. Frequentemente o padre celebrava missas no distrito e, até então, o jovem seminarista acompanhava-o nas celebrações. O jovem desistiu do seminário e retornou para o município de origem. Ao retornar ele levou a notícia de que tanto no distrito quanto na região havia trabalho, principalmente na colheita do café. Conforme os relatos, dando início à mobilidade para a colheita do café no distrito Vilelândia.

Fato este que pode ser constado nas perguntas do questionário, sobre o primeiro ano que se dirigiu ao distrito e sobre o número de vezes que trabalhou na colheita do café. Apesar de pouco mais da metade dos trabalhadores entrevistados terem iniciado a mobilidade

no intervalo entre dois mil e nove e dois mil e treze (63%), pôde-se registrar que a mobilidade já se fazia presente a partir de dois mil e quatro.

Quanto ao número de vezes que retornou quarenta por cento (40%) dos trabalhadores estiveram de duas a quatro vezes em Vilelândia. O número de vezes que o trabalhador dirigiu-se para a colheita pode variar, em razão das condições socioeconômicas na origem, ele pode não optar pela mobilidade. Como por exemplo, se o trabalhador conseguir um trabalho fixo, se houver algum problema de saúde com ele ou algum familiar, entre outros.

Em síntese, constata-se que o perfil desses trabalhadores sazonais corresponde a homens, com idade entre 20 a 40 anos. A maior parte reside e trabalha na zona rural do município de Santaluz/BA ou algum município da microrregião da Serrinha. Conforme a tese de Woortman (1990) ao destacar que os trabalhadores que se deslocam para o trabalho, são em sua maioria homens e solteiros, que buscam renda e atividades fora da origem. O caso de Vilelândia exemplifica essa situação de ser um lugar temporário, onde os trabalhadores sazonais chegam com o propósito de aumentar sua renda em troca de jornadas extensas de trabalho manual e precárias condições de moradia, para trabalhar na colheita do café.

A principal atividade exercida na origem está associada à produção sisaleira, seja como produtor ou trabalhando como assalariado na cultura. A renda predominante gira em torno de um a dois salários mínimos, com mais uma pessoa trabalhando e composição familiar que varia entre três e cinco pessoas. Diante das dificuldades de se manter no seu lugar de origem, esses trabalhadores partem para colheita do café no distrito Vilelândia e também para outras localidades sazonalmente. Muitas vezes ficam expostos a situações precárias de moradia e trabalho, como será descrito no item a seguir.

4.2 Condições de trabalho e moradia na colheita do café

Ao aceitar essa empreitada sazonal esses trabalhadores deixam casa, família e trabalho no seu lugar de origem, deslocando-se para o lugar de destino. No que concerne aos aspectos relativos à moradia dos trabalhadores no distrito Vilelândia, na maioria das vezes, é cedida pelo cafeicultor. Trata-se de um atrativo para esses trabalhadores e um fator decisivo na tomada de decisão pela mobilidade, uma vez que, isto diminui a despesa durante a estadia em Vilelândia. Entretanto, nem sempre às casas apresentam boas condições de moradia, principalmente, porque algumas são antigas e em péssimo estado. Dos oito domicílios

visitados durante o trabalho de campo, sete eram casas e um era um barracão, onde não havia repartições no seu interior e o telhado era de zinco. O banheiro e a cozinha estavam localizados na área externa do barracão. Apenas duas casas eram de laje, o restante era de telha amianto e/ou de barro. Em uma das casas, os trabalhadores relataram que havia goteiras.

Ao verificar a resposta dos trabalhadores, com base nos procedimentos estabelecidos no item 1.2, para a realização da análise qualitativa. A análise temática (vide item 1.2) das respostas dos trabalhadores entrevistados foram categorizadas, a partir da leitura sistemática das respostas captadas e organizadas de acordo com a frequência dos temas nas falas dos trabalhadores sazonais entrevistados. Sobre as condições da edificação na qual estavam residindo durante o período da colheita, muitas respostas eram imediatas e atribuíam alguma qualidade ao ambiente. Os aspectos da qualidade apresentados demonstram aspectos “mais positivos” e “menos positivos” Esses aspectos constituem-se como categorias para a análise. Possivelmente, as respostas “menos positivas” estão relacionadas ao medo e a desconfiança presentes no contexto da mobilidade para a cafeicultura. Conforme a figura 12, 83% dos entrevistados qualificaram a casa como “boa”, 12% “mais ou menos” e 5% consideraram a casa como “normal”.

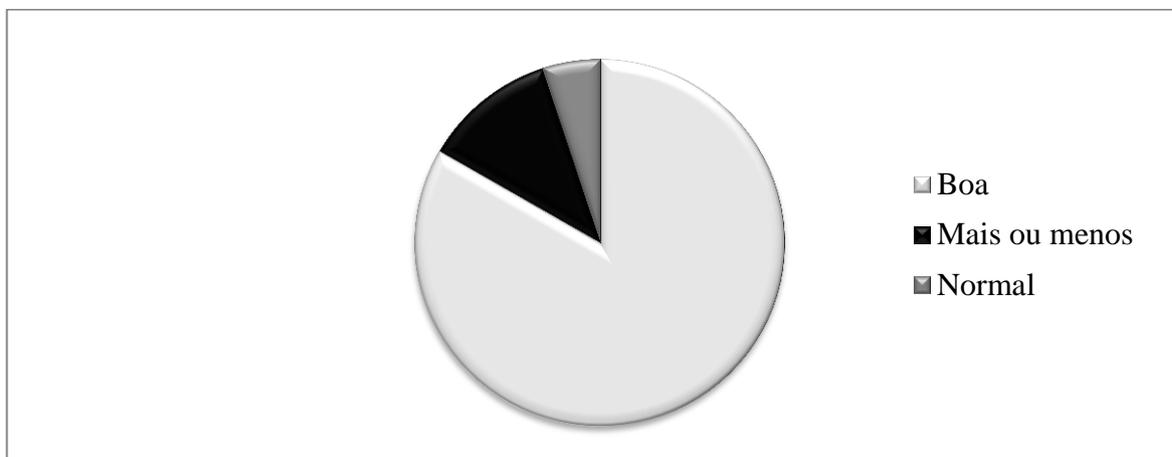


Figura 11: Percepção dos trabalhadores sobre a casa que estavam residindo.
 Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia, entre os meses de junho e julho de 2016.

Por serem muito vagas, em muitos casos, as respostas não revelam as reais condições às quais estavam submetidos. Para tanto, é preciso aprofundar nos “motivos” que levam os entrevistados a qualificarem a casa nas categorias apresentadas na figura 11. A tabela 8 apresenta a frequência das respostas captadas nas entrevistas. Durante a análise das respostas,

observou-se que os trabalhadores buscavam justificar a “qualidade” atribuída à casa, a partir de alguns recortes organizados conforme a frequência das respostas dadas pelos mesmos.

Dos trabalhadores que qualificaram a casa como boa, a principal resposta encontrada foi de que a casa possui “tudo” o que eles necessitam para residir no distrito de Vilelândia durante o período da colheita. Dezesete entrevistados justificaram a resposta buscando apresentar alguns objetos ou espaços presentes na casa, seis atribuíram as boas condições da casa, à qualidade térmica: pois não sentem frio, outros seis, afirmaram que o conforto da casa justifica sua resposta. Das respostas “menos positivas” sobre a casa, a justificativa foi unânime e atribuíram essa categoria ao fato da casa manter-se quente e assim o dormir é de qualidade, pois não há frio, como é possível observar na Tabela 8.

Tabela 8: Distribuição da frequência das respostas dos trabalhadores sazonais sobre à casa que estavam residindo no distrito Vilelândia/MG em 2016.

Categorias	Recorte	Tema	Freq.
	Boa! Porque é espaçosa e tem tudo que precisamos.	Tem tudo	24
Mais positivas	Boa demais, tá doido, é uma casa que tem água, cama boa, TV, a cozinha é toda ne cerâmica, o banheiro é dentro de casa.	Objetos, elementos ou espaços da casa	17
	Bom! Porque na casa não sente muito frio, se dorme sossegado. A pessoa que dorme numa casa ruim não dorme. sossegado.	É quente	6
	Boa! É confortável, tem como a gente dormir bastante.	Confortável	6
Menos positivas	É um pouco frienta, mas dá pra dormir. Não é muito gatinha (bonita) não.	É fria	7
Total			60

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia, entre os meses de junho e julho de 2016.

Os objetos ou espaços da casa enumerados contribuem para análise a respeito do que consideram necessário nela, para que hajam condições adequadas para residirem. A figura 12 apresenta os objetos, elementos e os espaços presentes na casa e que justificam a qualidade a ela atribuída pelos trabalhadores. Os itens foram organizados de acordo com a frequência que esse recorte aparece (objetos, espaços e/ou elementos). Dos itens apresentados, a TV é a mais presente, aparecendo em 21% das dezessete respostas. Os objetos geladeira e fogão e o

banheiro são os itens que aparecem empatados em segundo lugar com 14% para cada um desses recortes.

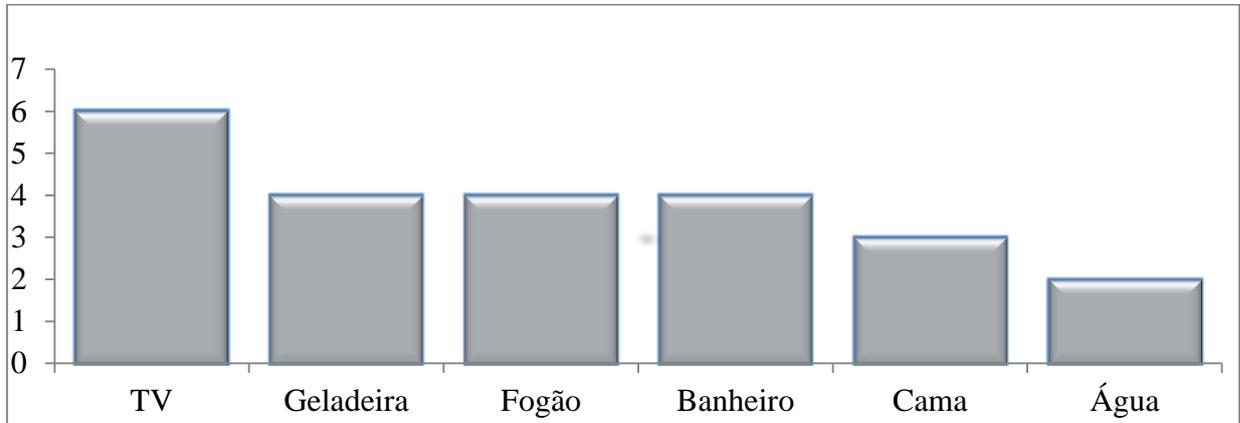


Figura 12: Gráfico dos objetos, espaços e elementos da casa presente nas respostas dos trabalhadores sazonais.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia, entre os meses de junho e julho de 2016.

A respeito das tarefas domésticas, os trabalhadores se organizam tanto para o preparo das refeições quanto para a limpeza da casa. Para preparar as refeições eles se organizam em duplas e fazem um rodízio, onde cada dupla fica responsável por preparar todas as refeições do dia, começando pelo jantar e terminando com as marmitas prontas, logo pela manhã, para levar para lavoura. A limpeza da casa é feita por todos, como uma tarefa comum a todos, já as roupas e os objetos pessoais é de responsabilidade individual.



Figura 13: Mosaico de fotos de algumas casas onde residiam trabalhadores sazonais no distrito Vilelândia.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia, entre os meses de junho e julho de 2016.

Com relação à perspectiva dos trabalhadores sazonais sobre o trabalho na colheita do café, as respostas imediatas qualificaram o trabalho na cafeicultura em 77% como “bom”, 18% o caracterizam como “pesado” e 5% como “difícil”.

Buscando superar a superficialidade das respostas nesse quesito, foi questionado aos entrevistados o “por que” da qualificação atribuída ao trabalho na cafeicultura. Por serem categorias próximas, foram agrupadas as respostas que consideram o trabalho “pesado ou difícil”, como pode ser observado na Tabela 9.

Dos trabalhadores que consideraram o trabalho como “bom”, constatou-se que das 60 respostas, 23 justificaram a resposta pela possibilidade de obtenção de trabalho e renda na colheita do café e 20 comparam o trabalho que exercem na origem com o trabalho na colheita do café. Dos entrevistados que considera o trabalho “pesado ou difícil”, dez descreveram as tarefas que exercem durante o dia de trabalho e sete atribuíram a dificuldade do trabalho na colheita ao tempo de trabalho durante o dia e durante os meses da colheita.

Os contratos de trabalho são realizados com base na confiança entre os sujeitos envolvidos na mobilidade e os contratantes, ou seja, os trabalhadores sazonais e os proprietários cafeicultores. Os valores são pagos por “balaio” de café, estabelecidos no início da colheita varia de R\$ 10,00 a R\$ 20,00 dependendo da quantidade de café na área, onde será realizada a colheita. Um “balaio” corresponde à medida de 60 litros de café colhido.

Devemos chamar atenção para a necessidade de fiscalização na colheita do café, uma vez que, estes trabalhadores estão sujeitos, em alguns casos, a situações muito precárias e pode ser caracterizado com trabalho escravo ou análogo à escravidão. Recentemente, algumas organizações chamaram atenção para os retrocessos no que tange a fiscalização do trabalho escravo no Brasil. Fato decorrente da política de cortes empregadas pelo atual presidente Michel Temer. A nota publicada pelo site do Instituto Humanitas Usisinos (2017) faz uma alerta sobre os retrocessos praticados pela gestão golpista do Brasil.

Ontem (segunda-feira, 21/8), em audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, foi anunciado que as verbas orçamentárias para o combate ao trabalho escravo e infantil em 2017. **O corte de recursos do Ministério do Trabalho foi de aproximadamente 50%, mas para a Fiscalização do Trabalho o corte foi mais alto, de 70%”, afirmou Carlos Silva, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) (INSTITUTO HUMANITAS USISINOS, 2017, grifo do autor).**

Hodiernamente debate-se sobre a escravidão moderna e sobre os mecanismo do capital que condicionam pessoas às mais variadas situações de trabalho, sobretudo quando o principal beneficiário está no final da cadeia produtiva. Principalmente as comercializadoras de café,

que devem auxiliar no combate e fiscalização destas condições de trabalho. É preciso informar também os cafeicultores para que estes possam estar em dia com suas obrigações legais para com os trabalhadores sazonais.

Tabela 9: Distribuição da frequência das respostas dos trabalhadores sazonais sobre o trabalho na colheita do café no distrito Vilelândia/MG em 2016.

Categorias	Recorte	Tema	Freq.
	Bom! Porque ganha mais, trabalho normal, que da pro homem fazê.	Possibilidade de obtenção de trabalho e renda	23
	É bom! Da pra gente ganhar um bom dinheiro e é leve.		
Bom	Trabalho bom né! Porque o cara tá trabalhando e lá agente fica mais parado. Não é tão pesado, o trabalho de lá também é pesado.	Compara o trabalho entre a origem e destino	20
	Bom! A gente não se estraga como lá, até óculos esse ano a gente tem pra proteger à vista.		
Pesado/ Difícil	É pesado, cansativo, puxar o pano, carregar o balaio, entregar o balaio.	Apresenta as tarefas executadas na colheita	10
	É meio pesado né, mas dá pra levar. A gente sai pra trabalhar tem que... Não ganha dinheiro sentado né.		
	Pesado, porque a gente pega cedo e para bem tarde.	Tempo de trabalho na colheita	7
Trabalho duro, três meses de muita luta, porque é mais difícil. Lá se trabalha três dias na semana e descansa mais, é no seu local você trabalha como quer.			
Total			60

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, entre os meses de junho e julho de 2016.

Diante da análise das respostas, pode-se, atribuir a elas a relevância que o trabalho na cafeicultura tem para os entrevistados. Por constituir-se como uma fonte de renda, o trabalho na cafeicultura torna-se essencial para a manutenção do trabalhador e da família no local de destino. Por este motivo, que a maioria dos entrevistados adjetivou como “bom” o trabalho na cafeicultura, mesmo que, seja um trabalho que envolve tarefas que exigem do corpo, como carregar os sacos de café. Destarte, a comparação do trabalho na origem com o trabalho no destino, realçam a importância do trabalho na cafeicultura e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no que tange a obtenção de trabalho e renda. Uma vez que, há certa intermitência de trabalho na região de origem, fato que coloca os trabalhadores na condição de ociosos e disponíveis para atender a demanda do mercado por força de trabalho

em outras regiões produtivas, realçando os aspectos estruturais que impulsionam a mobilidade sazonal.

4.3 Dificuldades, impressões e perspectivas

Conhecer as motivações que levaram o trabalhador sazonal a se mobilizar é uma questão central deste trabalho. Mais da metade (53%) dos entrevistados afirmaram que o motivo principal é “ganhar dinheiro” ou adquirir renda. Outra motivação é “buscar algo melhor”, presente em 30% das respostas. Entende-se para que para estes trabalhadores o trabalho na colheita do café significa mais que ganhar dinheiro. Vislumbrando a possibilidade de obter ascensão social, é uma esperança em meio às dificuldades enfrentadas no lugar de origem. Dificuldades apresentadas no restante dos entrevistados, 17% afirmaram que a “falta de trabalho” foi o motivo que o levou a busca na mobilidade, um mecanismo para superar a dificuldade imposta pela falta de perspectiva de obtenção de trabalho e renda.

A Tabela 10 sintetiza as justificativas dos trabalhadores sazonais sobre as motivações, os recortes condizem com as categorias encontradas nas respostas, portanto a frequência permanece a mesma. O que chama atenção nos conteúdos das repostas em relação às motivações são: a possibilidade de ganhar e juntar dinheiro através do trabalho na colheita do café. Algumas falas também ressaltam a intermitência de trabalho na origem ou a falta dele, associa-se a essas características do trabalho na origem a questão da seca que afeta as condições de trabalho e renda na origem dos trabalhadores sazonais.

Tabela 10: Distribuição da frequência das respostas dos trabalhadores sazonais sobre as motivações para se empreender na mobilidade sazonal para trabalhar na colheita do café no distrito Vilelândia/ MG em 2016.

Categorias	Recorte	Tema	Freq.
Pra ganhar mais dinheiro	Eu gosto de vim, o cara junta um dinheiro, lá pro cara juntar da trabalho.	Juntar dinheiro	32
	Ganhar mais um dinheiro, o ganho aqui é melhor do que lá. Por que você sabe como é o sofrimento lá né, fiquei sabendo do trabalho aqui e vim ganhar um dinheirinho.		
Para buscar algo melhor	Às vezes precisa fazer o futuro da gente lá.	Melhorar as condições de vida	18
	Melhorar a situação de vida, aqui trabalho um mês e ganha dinheiro, lá é difícil de ganhar A porque eu vim mais ele, ele dizendo que era melhor que o sisal e eu vim pra cá.		
Por falta de trabalho	Porque lá tava ruim de trabalho, lá trabalhava um dia depois não tinha serviço, a crise atingiu lá.	Falta de trabalho provocado pela falta de chuva	10
	Por falta de serviço lá. Lá tem mais serviço quando chove, quando falta chuva não tem serviço. Porque lá na Bahia o verão sempre a gente tá parado, aqui o trabalho é de ano em ano, pra prevenir o verão lá.		
Total			60

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, entre os meses de junho e julho de 2016.

Em relação à renda que os trabalhadores pretendem arrecadar durante o período da colheita, o gráfico da figura 14 mostra que mais de dois terço (79%) dos trabalhadores pretende ganhar entre dois e três mil reais livre. Ou seja, esse valor é o que sobrarão ao descontar as despesas com o transporte, alimentação e possíveis envios de dinheiro para os que ficaram no destino. O valor que os trabalhadores pretendem ganhar expressa a expectativa de conseguir angariar a maior quantia possível, com o mínimo de despesa. Uma vez que, o valor é preponderante para a manutenção do trabalhador no seu lugar de origem, sobretudo quando se observa as pretensões em relação ao dinheiro ganhado durante a colheita.

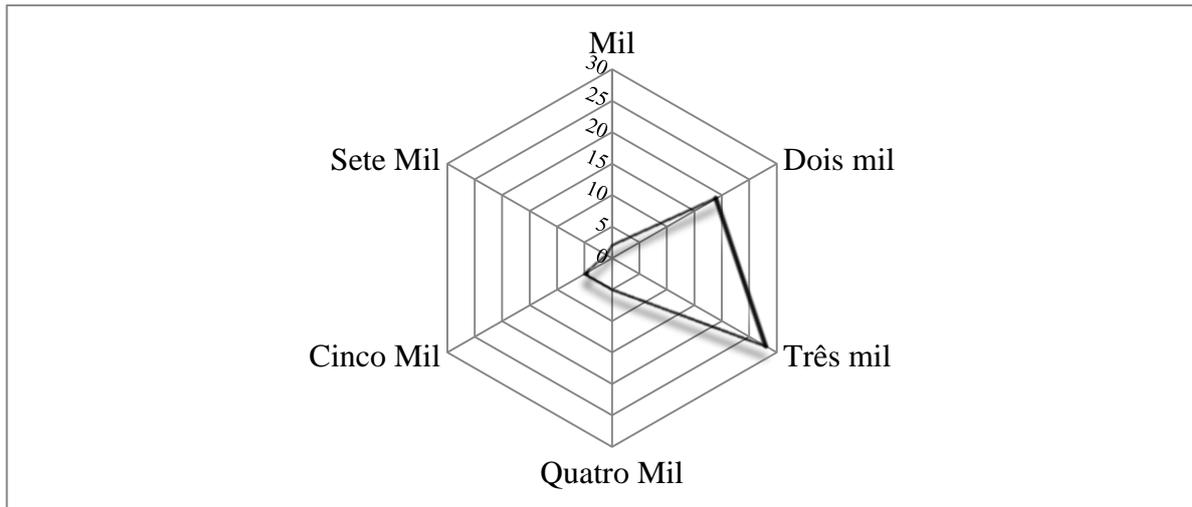


Figura 14: Gráfico sobre o quanto os trabalhadores pretendem ganhar durante os meses de trabalho na colheita do café.

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, entre os meses de junho e julho de 2016.

A figura 15 apresenta as pretensões dos trabalhadores entrevistados em relação ao dinheiro ganho na colheita do café. No geral, o principal objetivo consiste em construir ou reformar a casa, com 20 respostas, seguido de guardar o dinheiro para a manutenção das despesas durante o ano, servindo de custeio para as despesas e situações emergenciais, com 13 respostas. Ajudar a família aparece na terceira posição, com 10 respostas. Os que têm por objetivo gastar o dinheiro e os que pretendem comprar uma moto, respostas que exaltam a perspectiva de adquirir algo. Com base nessas respostas, compreende-se a importância do trabalho na colheita do café para os entrevistados. De modo, que o dinheiro representa uma estratégia de sobrevivência domiciliar, uma forma de obter aquilo que é considerado essencial, como exemplo o objetivo de construção ou reforma da casa.

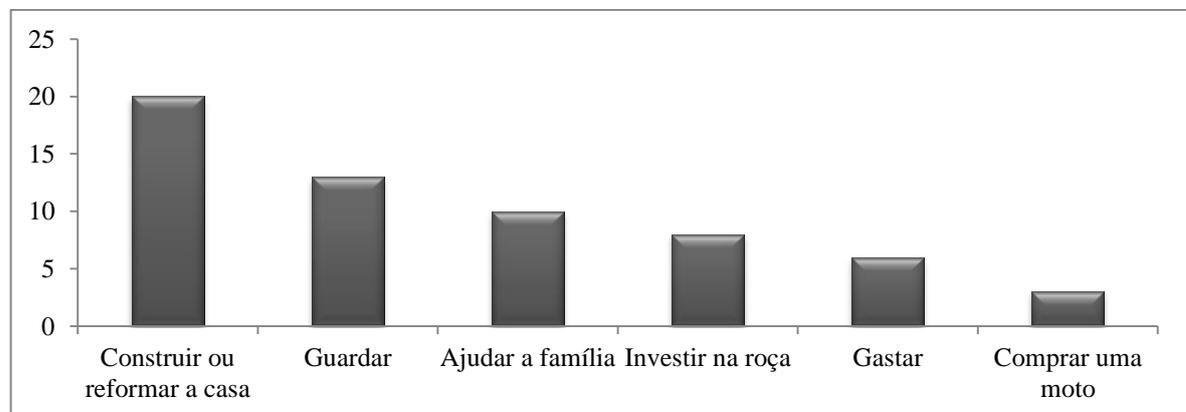


Figura 15: Gráfico sobre as pretensões dos trabalhadores sazonais em relação ao dinheiro arrecadado na colheita do café.

Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, entre os meses de junho e julho de 2016.

Conforme a concepção de Singer (1973), os fatores de mudança e estagnação relacionados à estrutura econômica, tanto na origem quanto no destino, tornam-se primordiais para a efetivação da mobilidade sazonal. Esta constatação é subsidiada pelas respostas dadas pelo perfil dos trabalhadores e por suas subjetividades em relação às motivações e objetivos dos trabalhadores em relação à mobilidade. Embora os fatores relacionados aos níveis macro (estruturalista) e micro (subjetivista), a consolidação da mobilidade ocorre pelo papel das relações sociais.

4.4 - Consolidação da rede social de mobilidade

O ir e vir dos trabalhadores sazonais caracteriza a mobilidade sazonal para a colheita do café conectando os lugares de origem e de destino. Embora a mobilidade destes trabalhadores não se constitua num deslocamento definitivo como a migração, ela também mobiliza os territórios, as relações de poder e as relações sociais, já estabelecidas na origem. Desta forma, utilizam-se dos elementos teóricos apresentados no item 1.3, que demonstram os aspectos relativos à mobilidade territorial e da rede social.

A figura 16 mostra a temporalidade da mobilidade, que em sua maioria, coincide com o período da colheita do café, que ocorre de maio até agosto. Durante esse período, os trabalhadores se deslocam da origem e transportam consigo seus costumes, sua cultura e seus valores. Estes elementos constituem-se como mecanismos de resistência em relação aos possíveis embates provocados pelas diferenças, sobretudo, dos costumes da população residente no destino. Apesar do tempo de permanência no distrito Vilelândia ser o maior possível, como revela o gráfico da figura 16, este pode variar por vários fatores, como o volume da produção no ano e a ocorrência de chuvas, que pode derrubar os grãos do pé, diminuindo assim o tempo e os rendimentos da colheita.

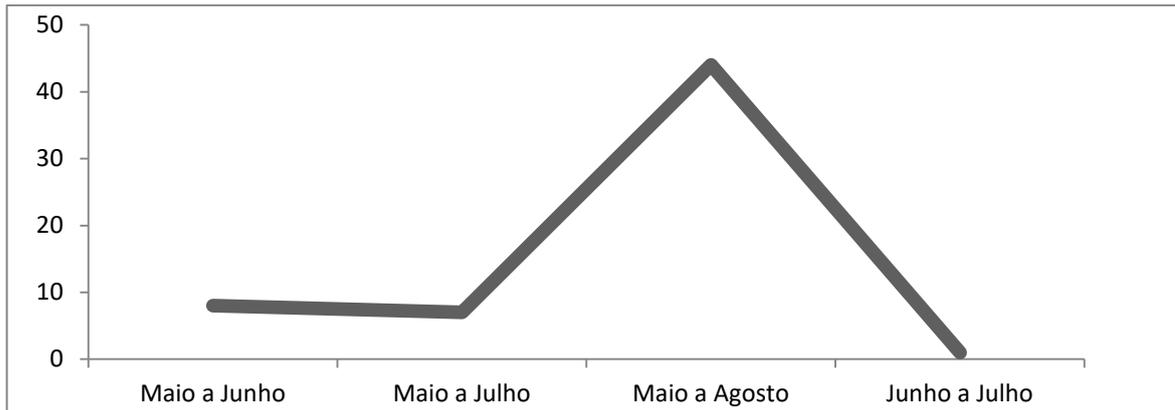


Figura 16: Gráfico do período que os trabalhadores pretendem permanecer na colheita do café.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, entre os meses de junho e julho de 2016.

Buscando observar a percepção dos trabalhadores em relação ao lugar de origem e destino, eles foram perguntados durante as entrevistas sobre o que eles sentem mais falta e menos falta em relação ao seu lugar de origem e quais eram as diferenças, com relação ao lugar de destino. A respeito do que sentem mais falta, as respostas dos trabalhadores foram praticamente unânimes (ver figura 17), apontando que sentem mais falta da família. A unidade familiar tem papel importante no processo de territorialização do indivíduo, uma vez que, ela carrega as relações sociais mais fortes.

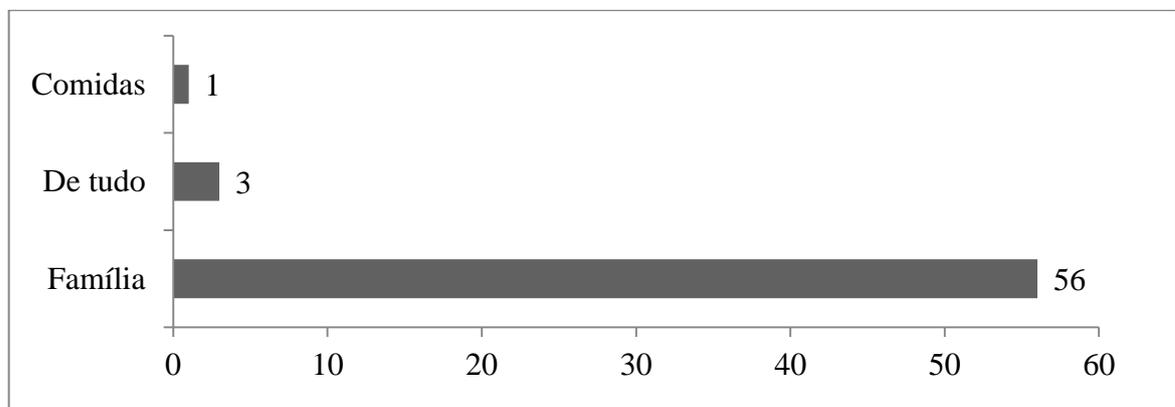


Figura 17: Gráfico sobre a percepção dos sujeitos em relação ao que mais sentem falta no lugar de origem.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, durante os meses de junho e julho de 2016.

O gráfico da figura 18 apresenta as respostas com relação ao que os trabalhadores menos sentem falta do seu lugar de origem. A maior parte dos entrevistados (20) responderam que sentem falta de tudo no seu lugar de origem, 19 descreveram que a falta de trabalho é o que menos sentem falta, 8 responderam que não sentem falta do clima, seguido da criminalidade (6). A comida é um dos elementos que menos aparecem, porquê os

trabalhadores levam consigo os alimentos que não são encontrados no destino, como exemplo a “farinha”, consumida em quase todas as refeições.

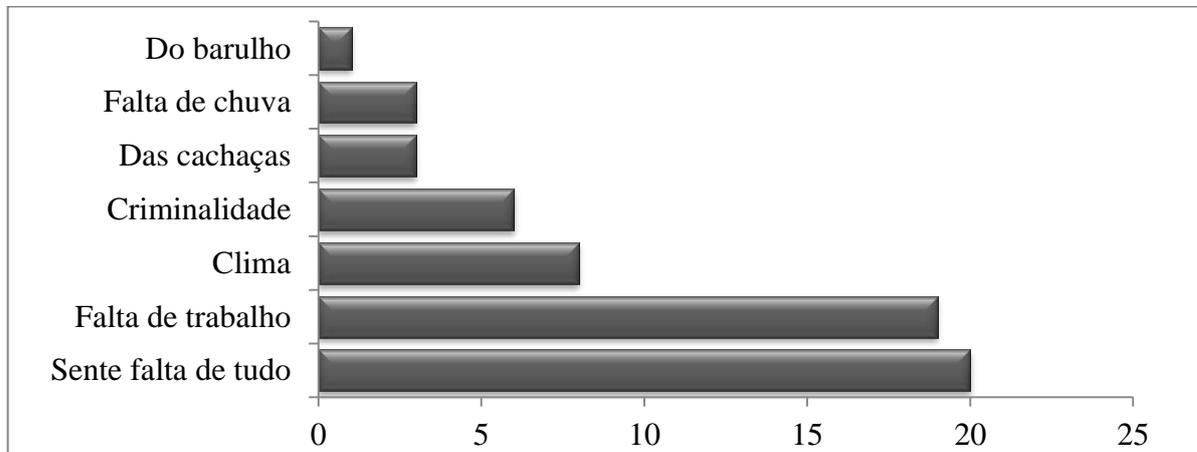


Figura 18: Gráfico sobre o que os trabalhadores sazonais menos sentem falta do lugar de origem.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/ Carmo do Rio Claro - MG entre os meses de junho e julho de 2016.

Das principais diferenças apontadas pelos trabalhadores entre a origem e o destino, a principal está ligada ao clima, pois durante o período da colheita as temperaturas no distrito Vilelândia são bem amenas, e como foi dito anteriormente, no ano da pesquisa choveu bastante durante o mês de julho. Associado a isto, exalta-se que a origem apresenta forte escassez de chuvas e elevadas temperaturas o ano todo. A segunda diferença está associada ao trabalho e a renda, assim como pode ser visto nas respostas apresentadas nos itens 4.1 e 4.2, reafirmando a dificuldade de obter trabalho e renda na origem. Os trabalhadores também apontaram os costumes e as pessoas como aspectos que diferem entre as localidades, realçando a importância de transpor os elementos culturais e relacionais da origem para o destino.

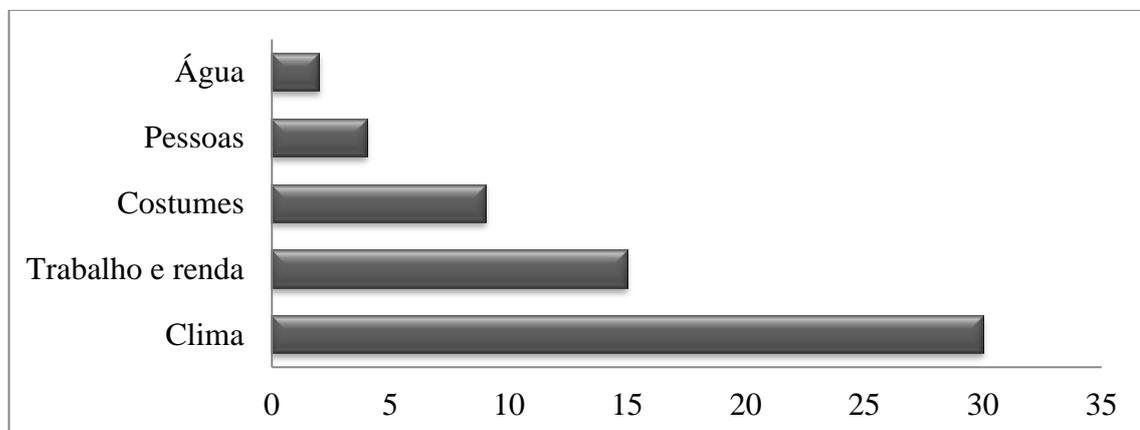


Figura 19: Principais diferenças entre a origem e o destino apontadas pelos trabalhadores sazonais.
Fonte: Trabalho de campo realizado no distrito Vilelândia/MG, durante os meses de junho e julho de 2016.

A mobilidade do grupo de trabalhadores transpõem as relações sociais da origem para o destino. Fato este que possibilita a transposição das territorialidades e das relações de amizade, parentesco, compadrio, etc. Durante o trabalho de campo, notou-se que as redes técnicas (UEDA, 2008) auxiliam na mobilidade, uma vez que, as redes de telefonia permitem aos trabalhadores combinarem com os proprietários cafeicultores a data e o valor da viagem. As redes técnicas, de certa forma, atuam no processo de expansão da rede de mobilidade, permitindo aos trabalhadores expandirem sua rede social tanto na origem quanto no destino. Isto permite que o trabalhador faça contato com o cafeicultor, ao mesmo tempo, que ele influencia outras pessoas que fazem parte de sua rede social a se mobilizarem para trabalhar na colheita do café.

Em conformidade com os elementos teóricos, apresentados por Saquet (2008), sobre a desigualdade socioespacial no campo da economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N) impulsiona a mobilidade. Pode-se concluir que, as falas dos entrevistados, apresentadas nos itens 4.3 e 4.4, revelam que a busca por renda, as relações de poder no destino (trabalhadores e proprietários cafeicultores), a comida (farinha) e a os aspectos naturais (a seca na origem e o frio no destino) impulsionam e favorecem a mobilidade dos trabalhadores sazonais (ZELINSKY, 1971; TILLY, 1986).

5 – CONCLUSÃO

Os resultados do nível macro, seguindo os encaminhamentos metodológicos estabelecidos no primeiro capítulo desta pesquisa e apresentados no segundo capítulo, demonstram que a constituição do complexo agroindustrial do café modificou a abruptamente a estrutura produtiva regional. Sabe-se que este processo não ocorre de maneira homogênea, sobretudo no contexto da agricultura familiar que cultiva o café em terreno declivoso, o que dificulta e limita a mecanização. Sabe-se que existem formas de mecanizar a colheita neste tipo de terreno. Entretanto, a condição da agricultura familiar dentro do complexo agroindustrial do café, limita a possibilidade de mecanizar a colheita, pelo alto custo que a técnica exige.

O complexo eleva a produtividade na cafeicultura, e também torna mais onerosa à produção, inclusive pela necessidade constante de implementação de maquinários e insumos. Essa dependência advém das políticas de incentivo à agricultura adotada na década de 1970, decorrente da “Revolução Verde”. No caso da cafeicultura, destaca-se o plano de reforma das lavouras. A partir deste momento, nota-se o aumento da produção mineira de café, concentrada principalmente no Sul de Minas. Atualmente o Brasil lidera o *ranking* de produção e exportação mundial de café, comercializando, sobretudo para Estados Unidos e Europa. A região do Sul de Minas, onde está inserido o município de Carmo do Rio Claro e o distrito Vilelândia, desponta como principal região produtora de café do país e principal consumidora de insumos agrícolas. Estes, por sua vez, provêm dos países para quem o Brasil comercializa a produção cafeeira, fato, que coloca o país na periferia da cadeia produtiva do café.

A cafeicultura, portanto, proporcionou a colonização e a dinamização da produção no contexto regional e favoreceu a agricultura familiar, sobretudo no município de Carmo do Rio Claro. Os produtores, principalmente os familiares, objetivando garantir a lucratividade na cafeicultura buscam alternativas para supressão da demanda por força de trabalho.

A mobilidade, portanto, surge enquanto fenômeno, a partir da mobilidade dos trabalhadores que se dirigem para o distrito Vilelândia suprimindo a demanda por força de trabalho na colheita do café. Concomitante, a mobilidade exerce um segundo papel, atuando na diminuição dos valores pagos pelo trabalho na colheita, por aumentar a oferta de mão de obra na colheita do café.

Os aportes teóricos apresentados no capítulo 3 proporcionam uma reflexão a respeito dos conceitos, categorias e perspectivas envolvidos na questão dos deslocamentos humanos. Apesar, dos conceitos de migração e mobilidade serem próximos e se complementem, há a necessidade de distingui-los permitindo que as inúmeras formas que se constituem os deslocamentos populacionais possam ser contemplados. Portanto, é possível utilizar referenciais teóricos sobre migração e mobilidade, sendo que no primeiro estão envolvidos os deslocamentos mais duradouros, no segundo os chamados deslocamentos temporários e sazonais. Fatos que referendam as escolhas conceituais, no que se refere ao fenômeno e aos sujeitos envolvidos, conceituando o deslocamento como mobilidade sazonal, e os sujeitos como trabalhadores sazonais.

Além da intersecção dos conceitos, conclui-se que, no que tange às perspectivas teóricas estruturalistas e subjetivistas, é possível utilizar diferentes perspectivas que contemplem a ausência de referenciais específicos sobre o tema. A sazonalidade das culturas agrícolas demarca a temporalidade da mobilidade, nesta pesquisa em específico, ela é referendada pelo período que corresponde à colheita do café e as adversidades que podem afetar a produção.

O nível micro da análise (subjetivista), apresentado no capítulo 4, revela que o perfil dos trabalhadores constitui-se em sua maioria de homens solteiros e casados, com idade entre 20 a 40 anos, que possuem renda, que muitas vezes, não ultrapassa o salário mínimo. Constatou-se pelas falas dos trabalhadores, que mesmo estando, em alguns casos, em situações precárias de moradia e jornadas excessivas de trabalho os trabalhadores veem na colheita do café e na mobilidade sazonal, uma alternativa para suprir falta e a irregularidade do trabalho no seu lugar de origem.

Análise dos conteúdos das falas dos trabalhadores, obtidas durante as entrevistas, aponta, por meio da frequência dos temas encontrados, que a perspectiva dos trabalhadores em relação ao trabalho e a moradia estão pautados na comparação com sua situação na origem. Fato que motiva os trabalhadores a tomarem decisão pela mobilidade. Impulsionados pela possibilidade de adquirir uma quantia considerável de renda, durante a permanência no distrito Vilelândia.

A mobilidade significa para muitos trabalhadores a garantia da sobrevivência no seu lugar de origem, para outros, uma forma de concretizar o desejo por moradia ou por uma moradia melhor na sua origem. Essa relação com a origem permanece mesmo durante a

mobilidade, manifestada através da ausência dos laços familiares mais fortes, que impulsionam o retorno destes trabalhadores.

A ocorrência anual da mobilidade destes trabalhadores ganha característica de circularidade e fluidez. Uma vez que, os trabalhadores se mantêm e criam relações tanto no e com os espaços de origem e destino. Destarte, estes sujeitos seguem reproduzindo-se socialmente, mantendo-se em constante mobilidade e estabelecendo seus territórios e suas relações nos diferentes espaços. A sustentação da mobilidade entre a origem e o destino se dá portanto pelas conexões na rede de relações sociais entre esses espaços e na interface entre os níveis macro e micro da mobilidade sazonal, consolidando o fenômeno da mobilidade sazonal.

A constância da mobilidade, sua recorrência e sua expansão exaltam a necessidade de criar mecanismo de desenvolvimento, por meio de políticas agrárias, que favoreçam uma produção visando a soberania alimentar, pela inserção de práticas mais sustentáveis baseada na policultura, destinada para o consumo regional, garantindo um mercado de consumo alimentar diversificado. Notou-se pelas entrevistas, que muitos possuem uma parcela de terra, entretanto, sofrem com a escassez de água, que determina o ritmo da oferta de trabalho e da obtenção de renda. Portanto, as políticas que possibilitem a reprodução destes trabalhadores em seu lugar de origem, pela disponibilização de recursos naturais e financeiros, que permitam a estes trabalhadores e pequenos agricultores permanecer na sobrevivendo do campo.

A análise socioespacial em relação à questão central da mobilidade sazonal no distrito Vilelândia e aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, permitem a conclusão de que à mobilidade atua no nível macro como mecanismo de inserção de mão de obra, durante a colheita do café, diminuindo os valores pagos pela oferta de força de trabalho, garantindo aos cafeicultores a lucratividade necessária para permanecer inserida no complexo agroindustrial cafeeiro. Desta forma, os trabalhadores são atraídos pela oferta de trabalho e possibilidade de obter renda. Mantendo-se em constante mobilidade entre a origem e o destino, ao mesmo tempo, estabelecendo múltiplos territórios.

Este trabalho não finaliza as questões inerentes à mobilidade sazonal na colheita do café, faz-se necessário investigar com maior profundidade outros aspectos relativos ao fenômeno. Indica-se a necessidade de ampliar a escala de análise, no nível micro, relativas ao lugar de origem destes trabalhadores e no nível macro, investigando o fenômeno em outros municípios produtores de café da região Sul de Minas. No caso das redes, vê se a

possibilidade de aprofundar a investigação das relações sociais entre os espaços e os sujeitos envolvidos na mobilidade, por meio do método de análise de redes sociais.

REFERÊNCIAS

- ABIC. Associação Brasileira da Indústria do Café, 2016. Disponível em: <<http://abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>> Acesso em: 25 jul. 2016.
- ALMEIDA, M. L. De que pesquisa-ação estamos falando? Uma análise da produção acadêmica na perspectiva da inclusão escolar. **Revista FACEVV**, Vila Velha, nº 4, jan./jun. 2010, p. 90-99.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999. 203p.
- ALVES, F. D. Interpretação da história do pensamento geográfico pelo método hermenêutico. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. DE L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2013, p. 151-172.
- ALVES, F. D. A cafeicultura e a dinâmica socioeconômica no sul de Minas Gerais-Brasil. **Anales... IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos**. Buenos Aires, 2015. p.1-15.
- ANDRADE, M. F. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.
- ANTENOR, E. M. O encontro das etnias indígenas e quilombolas: do período pré- histórico ao colonial em Carmo do Rio Claro, MG. **Anais... I Colóquio de Pesquisa do Geres. Território e Territorialidades: identidade quilombolas**, Alfenas, 12 a 13 de dezembro, 2012.
- ANTICO, C. Deslocamentos Pendulares nos Espaços Sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. **Anais... Caxambu: ABEP**, 2004.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2017. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>> Acesso em: 04 dez. 2016.
- BAENNINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade Espacial da População: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; 2011. 184p.
- BALÁN, J. **Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. *Estudos CEBRAP*, v. 5, p. 5-79, jul/set. 1973.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 225-246, jul./dez. 2007.
- BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: NEPO/FUNUAP, 1995.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. et al. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 320 – 367.

BOTELHO, T. R.; BRAGA, M. P.; ANDRADE, C. V. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 155-176, 2007.

BRAGA, F. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil**. 2011. 129f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais/Cedeplar, Belo Horizonte/MG.

BRANCO, M. L. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. **Anais...** Salvador: ANPUR.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> Acesso em: 10 dez. 2016.

CARDOSO, H. J. M.; ALVES, F. D. **Análise da mobilidade populacional entre os municípios de Carmo do Rio Claro/MG e Santaluz/BA**. 2014, 81f. Trabalho de conclusão de curso (Geografia). Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG

CAÇÃO, C. M. Os anos iniciais da cafeicultura no Sul de Minas: apontamentos da imprensa regional (1870 – 1890). In: Encontro Regional da ANPUH-MG, 18, Mariana. **Anais...** Mariana: APNUG, 2012.

CASTILHO, F. F. A. **A Transição da mão de obra no Sul de Minas: o braço imigrante e nacional nos periódicos locais**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2011. CASTILHO, F. F. A. As Estradas de Ferro do Sul de Minas. **Revista de História & Economia Regional Aplicada**, v. 7, n. 12, jan-jun, 2012.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira: café. Brasília: **Conab**. v. 1, n. 1. 2014. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso: 10 set. 2016.

CUENCA, M. A. G.; MANDARINO, D. C. **Realocação Espacial da Agricultura no Âmbito de Microrregiões: Bahia, 1990 e 2005**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

CUNHA, J. M. P.. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. 184p.

ERVATTI, L. R.; JARDIM, A. de P. Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de

residência em 1980 e 2000. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006.

EVANGELISTA, A. W. P.; CARVALHO, L. G. de; SEDIYAMA, G. C.. Zoneamento climático associado ao potencial produtivo da cultura do café no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. v.6, n.3, p.445-452, 2002.

FRASER, M. T. D. ; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, v.14, nº 28, p. 139-152, 2004.

FILETTO, F.; ALENCAR, E. Introdução e Expansão do Café na Região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. v. 3, n.1, jan-jun, 2011.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GONÇALVES, P. C. P. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 283-308, 2014.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GRILO, A. T. (Coord.). **Carmo do Rio Claro: aulas de história social**. Prefeitura Municipal Departamento de Educação e Cultura Centro de Memória, 1996, p. 171.

HAESBAERT, R. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, p. 55-71.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HISSA, C. E. V.. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Sítio oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 fev. 2017.

IBGE. **A Geografia do café**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 20 jun. 2013.

INSTITUTO HUMANITAS USISINOS. **Vergonha internacional**. Fiscalização contra o trabalho escravo está suspensa no Brasil. 23 set. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572123-vergonha-internacional-fiscalizacao-contra-o-trabalho-escravo-esta-suspensa-no-brasil>> Acesso em: 07 de ago. de 2017.

LEE, E. S. A Theory of Migration. **Demography**, vol. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LANNA, A. L. D. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1988.

LIMA, M. E. A. T. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. **Psicologia em Revista**, v. 9, n. 13, p. 76-88, 2003.

LOBO, C. **Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras**. 2009. 165 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOPES, J. R. B.; PATARRA, N. L. Redistribuição regional e rural-urana da população brasileira. São Paulo: **Caderno CEBRAP**, v. 20, 1974.

MARANDOLA, E. J. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011. 184p.

MARTINS, A. L. **Império do café: A grande lavoura no Brasil de 1850 a 1890**. 7º ed. São Paulo: atual, 1999.

MATOS, R. Alguns aspectos sobre a importância das migrações internas no Sudeste; uma questão teórica não resolvida. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1992, Brasília. **Anais...** São Paulo: ABEP/CEDEPLAR, v. 1. 1992, p. 319-340.

MATOS, R. **Geografia da População**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

MATOS, R. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. In: Leila Christina Dias; Maristela Ferrari. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2011b, v. 1, p. 167-188.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. As tramas do agronegócio nas “terras” do sudeste goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. DE L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2013, p. 151-172.

MENEZES, M. A. Migrações e Mobilidade: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo E. et al. (Org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 21 – 40.

MEURER, J. C.; DELAGNELO, A. K. **Análise do Discurso**. Texto-base do curso de licenciatura e bacharelado em Letras-Libras a distância. Florianópolis: UFSC, 2008.

NASCIMENTO, H. M. A Convivência com o Semi-árido e as Transformações Socioprodutivas na Região do Sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. **Campo – Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 6, p. 22-44, ago. 2008.

NETO, H. P. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. In: HEIDEMANN, H. D.; SILVA, A. da S. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 45 – 56.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 2011.

OLIVEIRA, R. A. D. Mobilidade espacial de cortadores de cana: alguns aportes teóricos. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, n. 3, p. 241-253, 2011.

OLIVEIRA, R. A. D. **Mobilidade Circular de Cortadores de Cana e Divisão Espacial do Trabalho**: expressões regionais na década de 2000. 2012, 263 f. Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2012.

OLIVEIRA, R. A. D. Referenciais teóricos da migração internacional e a questão da mobilidade espacial dos cortadores de cana. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 453-469, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo**. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Methods of Measuring Internal Migration**. Manual VI, United Nations Publication, New York, 1970.

PAULA, J. A. de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

PEEK, P.; STANDING, F. Rural-urban migration and government policies in low-income countries. **Int.Labour Rev.**, 18 : 747-62, 1979.

PEREGRINI, D. F; SIMÕES, J. C. Desempenho e problemas da cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12,p.183-199, ago.2011. Disponível em:
<www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12095> Acesso em: 28 nov. 2016.

PORTO, G. C. F. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX**: permanências, complexidades e amadurecimentos. 2014, 246 f. Teses (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. In: HELDEMANN, H. D.; SILVA, A. da S. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 1999, p. 45 – 56.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO. Disponível em:
<<http://www.carmodorioclaro.mg.gov.br/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ Disponível em:
<http://www.indap.org.br/cidades/santaluz/?page_id=31> Acesso em: 10 jan. 2017.

RIGOTTI, J. I. R. **Fluxos Migratórios e Distribuição Espacial da População na Região Metropolitana de Belo Horizonte – década de 70**. Dissertação (Mestrado em Demografia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 2, jul./dez., 2005, p. 305-322.

ROSA, F. **Festa temporona em louvor a São Sebastião no pedacinho mineiro**. Ribeirão Preto, SP: São Francisco Gráfica e Editora, 2004. p. 182.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**. v. 48, 19885.

SAES, A. M.; AVELINO, A. F. Escravidão e Trajetória das Elites Locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. **Cultura História e Patrimônio**. v. 1, n.1, 2012.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Á.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, v. , p. 19-36.

SAQUET, M. A. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (orgs.) **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 235-240.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**. nº. 13, julho/dezembro, 2008. p. 118-127.

SILVA, M. A. M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: HEIDEMANN, H. D.; SILVA, A. da S. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 45 – 56.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do NEAD**, Brasília, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015

SILVA, S. M.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. Competitividade do agronegócio do café na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. v. 3, n. 1, 2001, p. 1-13.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 11º ed. CEBRAP. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SKELDON, R. **Population mobility in developing countries**. London: New York: Bedhaven Press, 1990.

SOARES, A. M. V. **Genealogia da família Vilela, de Carmo do Rio Claro – MG**. São Paulo: Editora Plêiade, 2011, p. 630.

SOARES, W. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. Tese (Doutorado em Demografia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, A. A. A dimensão geo-histórica do industrial nipo-brasileiro no contexto do oeste paulista. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (orgs.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 177-199.

THOMAZ JUNIOR, A. (Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil). **Informe GEPEC – UFSCAR**. 2005, p. 1-20. Disponível em: file: <///C:/Users/harol/Downloads/Des-%20realizacao%20do%20trabalho%20-%20se%20campones-%20se%20operario%20-%20repensar%20critico%20sobre%20a%20classe%20trabalhadora%20no%20Brasil%20(1).pdf> Acesso em: 09 jun. 2017.

TESSARI, C. A. **Braços para colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)**. Campinas, SP: [s.n.], 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Unicamp.

TILLY, C. **Transplanted Networks**. New School for Social Research. October, 1986.

UEDA, V. O território organizado pelas redes. In: HEIDRICH, Á.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, p. 19-36.

VALE, A. R.; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun./2014, p.1-23.

VISCARDI, C. M. R. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

ZELINSKY, W. The Hypothesis of the Mobility Transition. **Geographical Review**. American Geographical Society. vol.61, nº 2, Apr. 1971, p. 219-249.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.7, n.1, jan/jun. 1990, pag. 35-53.

APÊNDICE A

Questionário Trabalhadores Sazonais

1. Nome completo ou apelido: _____ 2. Fone: _____

3. Sexo: () Masculino () Feminino

4. Qual a sua idade? _____

5. Como você se considera:

- () Amarelo(a)
- () Branco(a)
- () Negro(a)
- () Indígena
- () Cabloco (a) – branco e índio
- (...) Mulato(a) – branco e negro
- () Cafuso (a) – índio e negro
- () Pardo

6. Qual é sua religião?

- () Católica
- () Judaica
- () Islâmica
- () Afro-brasileira (Candomblé/Umbanda)
- (...) Espírita
- (...) Budista
- () Protestante (Luteranos, Anglicanos, Calvinistas, Presbiterianos, Anabatistas, Batistas, Metodistas)
- () Pentecostal, deutero-pentecostal ou neopentecostal (Congregação Cristã no Brasil, Missão Evangélica Pentecostal do Brasil, Igreja de Cristo no Brasil, Igreja de Deus no Brasil, Assembleias de Deus no Brasil, Maranata, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, Comunidade da Graça, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus etc.)

Outra: _____

7. Qual seu estado civil?

- () Solteiro
- () Casado
- () União Estável
- () Divorciado
- () Viúvo

8. Qual seu município de nascimento? _____

9. Qual seu município de residência? _____
10. Quantos filhos você tem? _____
11. Quantas pessoas residem no seu domicílio? _____
12. Grau de escolaridade?
- () Analfabeto
- () Ensino Fundamental incompleto
- () Ensino Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Ensino Superior incompleto
- () Ensino Superior completo
- () Pós-graduação
- () Desconhece
13. Onde você reside? () Cidade () Campo
14. Qual é a renda da sua família?
- () Até 1 salário mínimo
- () Mais de 1 até 2 salários mínimos
- () Mais de 2 até 5 salários mínimos
- () Mais de 5 até 10 salários mínimos
- () Mais de 10 salários mínimos
- () Outro: _____
15. Quantas pessoas trabalham no seu domicílio? _____
16. Na sua cidade você trabalhava no campo ou na cidade? () Cidade 1 () Campo 2
17. Qual foi seu último emprego? _____
18. Por que você decidiu vir para a colheita do café? _____
19. Quantas vezes você participou da colheita do café? _____
20. Desde que ano você trabalha na colheita do café no distrito de Vilelândia? _____
21. Você já mudou de residência para trabalhar em outra atividade? () Sim 1 () Não 2
22. Neste ano de 2016 qual o período de tempo que pretende permanecer na colheita?
- () Maio a Junho 1
- () Junho a Julho 2
- () Julho a Agosto 3
- () Maio a Agosto 4
23. Qual o valor que você espera ganhar na colheita este ano? _____
24. O que você pretende fazer com o dinheiro arrecadado? _____
25. Do que você sente mais falta do lugar de onde veio? _____
26. Do que você sente menos falta do lugar de onde veio? _____
27. Qual principal diferença entre o lugar de onde veio e o distrito de Vilelândia?
28. Como você considera o trabalho na colheita do café? Por que?
29. Como você considera a casa onde você está residindo neste momento? Por que?
30. Você pretende retornar para a colheita do café no próximo anos?